

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Tiego Rocha Rebello

*Governo Ildo Meneghetti: análise do discurso de governo em torno da Reforma Agrária  
e a descaracterização do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (1963-1964)*

Porto Alegre

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Tiego Rocha Rebello**

***Governo Ildo Meneghetti: análise do discurso de governo em torno da Reforma Agrária  
e a descaracterização do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (1963-1964)***

Monografia apresentada como requisito parcial  
para a conclusão do curso de Licenciatura em  
História ao Departamento de História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Céli Regina Jardim Pinto

**Porto Alegre**

**2011**

*Dedico este trabalho à memória de Stela  
Maria Vieira Rocha.*

## RESUMO

Com a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, o Brasil mergulhou em um contexto de radicalização política que se acentuou em torno das Reformas de Base, sobretudo a Reforma Agrária. O Rio Grande do Sul entre janeiro de 1959 e janeiro de 1963, na gestão de Leonel Brizola, vivenciou um governo de cunho nacionalista que principiou políticas de Reforma Agrária. Na intenção de atingir esse objetivo, os trabalhistas atuaram na mobilização camponesa, via Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Este se constituiu em base de apoio mútuo e relegou ao sucessor de Brizola, Ildo Meneghetti, um Estado mobilizado em torno da Reforma Agrária. A presente monografia propõe-se a fazer uma análise do discurso do Governo Ildo Meneghetti (PSD) relacionado à Reforma Agrária, visando compreendê-lo em um contexto de franca radicalização política, considerado por muitos historiadores como o auge da luta de classes. Por meio da análise desse discurso, objetivou-se uma melhor compreensão da postura repressiva do governo em relação ao MASTER e do deslocamento de interesses e princípios da Reforma Agrária, a qual perde espaço e significado para Industrialização. Além disso, partiu-se da hipótese que o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), criado no mandato de Brizola, teria se descaracterizado em relação às funções para as quais ele fora criado. Nesse sentido, buscaram-se indícios desse esvaziamento de atribuições no conjunto da documentação analisada.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ADP – Ação Democrática Popular**

**FARSUL – Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul**

**IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária**

**IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária**

**MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra**

**PCB – Partido Comunista Brasileiro**

**PL – Partido Libertador**

**PSD – Partido Social Democrático**

**PTB – Partido Trabalhista Brasileiro**

**SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária**

**UDN – União Democrática Nacional**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	p. 7
1. RADICALIZAÇÃO POLÍTICA .....	p. 17
1.1 Nível Nacional .....	p. 17
1.2 Nível Estadual .....	p. 20
2. ANÁLISE DO DISCURSO DO GOVERNO .....	p. 26
2.1 <i>Mensagem do Exercício de 1963 à Assembléia Legislativa e o Plano de Investimentos e Serviços Públicos 1964-66</i> .....	p. 27
3. INDÍCIOS DO Esvaziamento das Funções Iniciais do IGRA .....	p. 36
3.1 Decretos de Criação e as Funções do IGRA .....	p. 36
3.2 Índícios e Acusações ao IGRA nas Páginas da <i>Última Hora</i> .....	p. 37
3.3 Índícios da Descaracterização do IGRA nos Documentos Oficiais .....	p. 42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	p. 51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	p. 53
FONTES E LOCAIS DE PESQUISA .....	p. 55
ANEXO I .....	p. 56

## INTRODUÇÃO

Julgando-se necessário compreender as relações dos grupos que estavam no poder no período que antecedeu o golpe militar de 1964, pretende-se na presente monografia focar o governo de Ildo Meneghetti. Membro do PSD Meneghetti governou o estado do Rio Grande do Sul no período de 1963 a 1966 tendo como característica de seu mandato uma forte repressão aos movimentos sociais. Esta monografia se propõe a investigar, tendo como principal fonte documentos oficiais do Executivo<sup>1</sup> e o jornal *Última Hora*<sup>2</sup>, a seguinte questão: De que forma o discurso do governo Ildo Meneghetti em relação à “reforma agrária”, durante o seu mandato como governador do RS (1963-1966)<sup>3</sup>, relacionou-se com o contexto de radicalização política e social do início da década de 1960 que conduzem ao golpe de 1964? Além disso, no capítulo três partindo-se da hipótese que o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) sofreu um esvaziamento das suas funções iniciais, busca-se encontrar elementos que conduzem a esse esvaziamento.

Diante dessa pergunta, é preciso recuar para o final da década de 50, visando uma melhor compreensão da questão agrária. Neste período, nas palavras de Marluza Marques Harres,

(...) encontrava-se num momento crítico (...), girando os seus principais problemas em torno da *questão agrária*. A situação comportou ampla mobilização da sociedade a discussão das causas e soluções para a crise econômica que atingia o Estado. Estudos foram encomendados pela Assembléia Legislativa buscando embasamento técnico às reflexões e discussões sobre as perspectivas da economia sulina. (HARRES, 2002b: 244) [grifo meu]

Neste estudo encomendado pela Assembléia Legislativa, que avaliou o período de 1947-1960, a mesma autora, aponta para a importância que a agricultura havia adquirido para solução da crise, sendo esta a ponta da economia gaúcha. Harres salienta que, entretanto, o setor apresentou índices negativos no final do período analisado. A importância desse estudo foi o reconhecimento das distorções na estrutura da propriedade da terra<sup>4</sup>, indicando um

<sup>1</sup> “MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA”, “MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIOS DE 1964”, além do “PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66”.

<sup>2</sup> A *Última Hora* caracterizou-se por ser um jornal alinhado com o PTB e pró-reformas. Em diversas reportagens fica evidente a proximidade com os movimentos reivindicatórios do período.

<sup>3</sup> Apenas salientando que não será todo o governo, apenas até o golpe, mais adiante isso será indicado no texto.

<sup>4</sup> “Num extremo, encontra-se que 0,8% das propriedades abarcam 36% da área e, no outro, 55% das propriedades somam 24% da área. No primeiro grupo, estão as propriedades com mais de 1000 hectares e, no

aumento da concentração da propriedade da terra, no período de 1950 a 1960. Ao analisar esses dados, o latifúndio e o minifúndio apareceram como comprometedores do desenvolvimento econômico e geradores de tensão social no campo. (HARRES, 2002b: 244-246)

Córdula Eckert, ao pesquisar o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) – que entre 1960 e 1964, “mobilizou mais de 100 mil camponeses em mais de 100 associações civis” (ECKERT, 1984: 16) – aponta como fatores que contribuíram para essa aglutinação o “alto índice de concentração da propriedade da terra” e o “esgotamento da fronteira agrícola do Estado”. A referida autora ainda destaca que:

Essas causas, interrelacionadas, provocaram a emergência dessa parcela da população rural, que passou a ter reduzidas as possibilidades de apropriação e acesso à terra “barata” e em dimensão suficiente para manter parcelas de reserva que considerassem as futuras necessidades de emancipação dos filhos como agricultores. (ECKERT, 1984: 40-41)

Do primeiro aspecto, o “alto índice de concentração da propriedade da terra”, corroborando com informações de Harres, Eckert apresenta a estrutura fundiária gaúcha da seguinte forma:

Em 1960, os estabelecimentos até 50 hectares, apesar de significarem 85,2% do total de estabelecimentos, detinham apenas 24,6% da área ocupada. Os estabelecimentos de 50 a 500 hectares significavam 13,0% e detinham 28,28% da área. Já os estabelecimentos de 500 hectares, ou mais, onde predomina a pecuária, apesar de significarem apenas 1,8% do total de estabelecimentos, detinham 46,6% da área total ocupada. (ECKERT, 1984: 41)<sup>5</sup>

Assim como o estudo da Assembléia Legislativa, apresentado por Marluza M. Harres, Córdula Eckert também sinaliza um aumento da concentração fundiária de 1950 para 1960 nos estabelecimentos com área maior de 5000 hectares. Do outro lado, os demais estabelecimentos sofreram um decréscimo de suas áreas médias. (ECKERT, 1984: 41-42) Outra característica importante da estrutura fundiária gaúcha, apresentada por Eckert, diz respeito à atividade e ao tamanho dos estabelecimentos rurais. Segundo a autora:

(...) as grandes propriedades, que mobilizavam praticamente metade da área total apropriada, dedicavam-se predominantemente à pecuária extensiva, enquanto os pequenos e médios estabelecimentos (numericamente superiores apesar de deterem apenas 25% da área total ocupada) dedicavam-se à

---

segundo, as de menos de 20 hectares. Entre os dois Censos, 1950 e 1960, essa distribuição viu-se agravada, diminuindo a área média das pequenas propriedades e aumentando a das grandes”. (HARRES, 2002b: 245).

<sup>5</sup> Apud.: Dados extraídos do Censo Agrícola de 1960, apud FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE), *25 anos de economia gaúcha: À agricultura do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1978, v. 3, p. 42



lavoura e à criação de pequenos animais e produção de leite. (ECKERT, 1984: 42)

Apesar desse quadro, a partir de 1940, “a participação da lavoura no valor total da produção agrícola passou a ser superior ao produto da pecuária” e, conforme expõe Eckert, essa característica se tornou permanente nos anos seguintes, mesmo durante a crise de 1956-1965. Essa contradição será utilizada como argumento para reforçar a necessidade da Reforma Agrária. Quanto ao esgotamento da fronteira agrícola, Eckert faz uma explanação sobre o processo de ocupação do território gaúcho e de formação dos grandes latifúndios. Apenas cabe destacar que será esse esgotamento que promoveu o surgimento de pressão, por parte dos pequenos proprietários, sobre as terras dos pecuaristas, que como vimos antes se caracterizavam como grandes propriedades latifundiárias, o que somando-se ao aumento demográfico, gerou uma parcela de mão-de-obra ociosa e sem-terra para cultivar. (ECKERT, 1984: 43-53) Portanto, para Eckert, a soma desses dois elementos – a concentração da propriedade da terra e o esgotamento da fronteira agrícola –, não só será a principal causa do surgimento do MASTER, que durante o governo Ildo Meneghetti foi o principal agente de pressão pela reforma agrária, mas também o reconhecimento da necessidade de se realizar uma reforma agrária no Rio Grande do Sul.

As pressões pela reforma agrária no Rio Grande do Sul ganham força durante o governo Brizola, que antecede o governo a ser analisado. Em virtude disso, cabe destacar alguns elementos desse primeiro governo, assim como algumas informações sobre o MASTER que será alvo do esvaziamento e marginalização política no governo de Ildo Meneghetti.

Entre janeiro de 1959 a janeiro de 1963, o RS viveu um governo de cunho nacionalista<sup>6</sup> sob administração do governador Leonel Brizola (PTB). De acordo com Claudia Wasserman, esse governo foi marcado por nacionalizações e estatizações (telefonia, eletricidade e transporte), altos investimentos em educação pública e assentamentos rurais (WASSERMAN, 2010: 52-53). Nesse último aspecto, o governo Brizola não só promoveu um princípio de reforma agrária, dentro dos parâmetros defendidos pelos trabalhistas, como também incentivou a mobilização dos trabalhadores do campo. Foi durante a sua gestão que surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER)<sup>7</sup>. Segundo Marluza M. Harres, o PTB esforçava-se para liderar a mobilização dos agricultores – que era fruto de disputas entre

---

<sup>6</sup> Entende-se por nacionalistas as políticas de desenvolvimento capitalista interno, independentes do mercado externo, um bom exemplo é a política de substituição de importações que visava o desenvolvimento industrial.

<sup>7</sup> Segundo Córdula Eckert, o governador Leonel Brizola só passou a apoiar o MASTER “a partir do segundo semestre de 1961”. (ECKERT, 1984: 78-79)

comunistas, trabalhistas e a Igreja –, nessa perspectiva surge o primeiro núcleo do MASTER em Encruzilhada do Sul, com apoio direto do prefeito petebista Milton Serres Rodrigues e outros líderes trabalhistas em 24 de junho de 1960. O MASTER, que em seu manifesto de inauguração, apresenta-se como uma sociedade civil, voltada à promoção da união e politização dos agricultores e na defesa de suas reivindicações, teve o apoio do governo Brizola, podendo ser compreendido como uma tentativa da expansão do trabalhismo ao campo. De acordo com Harres, o apoio do governo foi “fundamental para o avanço das atividades associativas” do MASTER, sendo essa articulação que dá suporte a medidas de impacto no último ano de governo. (HARRES, 2002b: 239-240, 247)

O MASTER adotou como medida de pressão política os acampamentos próximos aos locais propícios a serem destinados à reforma agrária, nas faixas de estradas em áreas públicas. Conforme expõe Córdula Eckert, essa tática, utilizada muitas vezes, visava manter a legalidade do acampamento, uma vez que essas áreas eram consideradas públicas, evitando-se assim o argumento de invasão de propriedade privada. É interessante observar que, diante do primeiro acampamento em 11 de janeiro de 1962, o da Fazenda Sarandi, os parlamentares de diversas bancadas, inclusive do PSD e PL – conforme apresenta Eckert –, solicitavam do governo a desapropriação da área. Ao longo do ano de 1962 foram intensos os acampamentos, segundo Eckert, motivados pelos resultados do primeiro citado anteriormente. (ECKERT, 1984: 106, 110) Já em janeiro surgiram diversos acampamentos:

Camaquã no Banhado do Colégio, Santa Maria, Caçapava, Itapoã, Sapucaia, Alegrete no Ibirapuitã, São Francisco de Assis, além de ocorrerem concentrações e pressões junto ao Governo do Estado em outros municípios. (ECKERT, 1984: 111)

Diante de negociações com a Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL), o governador Brizola solicitou que os acampamentos fossem suspensos; em algumas localidades isso ocorreu. Contudo, isso não significou o fim dos acampamentos, que continuaram acontecendo, conforme nos expõe Eckert, o que demonstra a autonomia do movimento<sup>8</sup>. O importante aqui é destacar que Brizola deixou ao seu sucessor um estado com alto grau de mobilização social no campo e sob sua influência via MASTER.

Essa mobilização, dentro da perspectiva trabalhista, seria uma forma de pressionar o Congresso a aprovar as medidas necessárias para realização da Reforma Agrária. Cabe destacar, conforme análise de Aspácia Camargo, que o congresso brasileiro caracteriza-se

---

<sup>8</sup> A autora apresenta um cenário de negociação entre o governo e o movimento dos sem terras, que alguns momentos cediam e em outros não, isso se deve ao fato de existirem mais de uma tendência dentro do movimento. (ECKERT, 1984: 119-136)

pela defesa dos interesses do monopólio da terra, isso se deve ao domínio da oligarquia rural no cenário político brasileiro constituindo o “pacto agrário” que se traduz, entre outros elementos, na postura de inoperar projetos de revisão agrária. Domínio este, que segundo a autora, perde força depois da Revolução de 1930, mas que recobra suas posições no período democrático, o que Camargo define como uma espécie de tendência à “oligarquização do voto”, que reforça o referido “pacto agrário”. Pacto que chega ao seu limite em Jânio Quadros e João Goulart, devido à mobilização popular em torno das Reformas de Base, especialmente a Reforma Agrária. (CAMARGO, 1981: 123-131) Assim, como houve iniciativas com apelo reformista que se criaram órgãos e comissões destinados à revisão agrária e/ou de “proteção as camadas rurais mais atingidas”, que

montados e em franco funcionamento se descaracterizaram com relação aos propósitos e expectativas iniciais, como foi o caso do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), através do seu Estatuto da Lavoura Canavieira, do Serviço Social Rural (SSR) ou da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste SUDENE. (CAMARGO, 1981: 123-131)<sup>9</sup>

O Rio Grande do Sul não seria diferente, pois a mobilização dos agricultores visava pressionar, no governo Brizola, principalmente o legislativo, por isso a importância e preocupação trabalhista com a mobilização do campo. Com a mudança de gestão a mobilização passa ter uma maior preocupação em pressionar o Executivo. Sendo aqui importante destacar que o próprio Ildo Meneghetti teve uma de suas propriedades, a Fazenda Itapuí, reivindicada pelo MASTER (ECKERT, 1984: 172). Além disso, no que diz respeito ao último aspecto apontado por Aspácia Camargo, partiu-se da hipótese de que o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) teria se esvaziado dos objetivos para os quais ele foi criado, assim como exemplo de outros órgãos da esfera federal. Percebe-se, pois, durante o governo Meneghetti indícios desse esvaziamento no IGRA, “órgão promocional e de planejamento” de associativismo e de políticas de acesso a terra<sup>9</sup>.

O resultado das eleições de 1962, com a vitória de Ildo Meneghetti para governador do Estado, significou a perda de apoio do governo ao MASTER, mas não significou a inatividade do movimento. Ao longo do ano de 1963 e início de 1964 foram intensos os acampamentos, porém, modificou-se totalmente o tratamento, por parte do governo, dado aos acampamentos, que se transformaram em caso de polícia. Um exemplo disso foi o ultimato dado pelo MASTER em relação à Camaquã. O movimento advertiu que se não fossem tomadas

---

<sup>9</sup> *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 14 de Novembro de 1961, Decreto nº 12.812, pp. 01-02.

providências seria organizado um acampamento. Diante dessa ameaça, o governo reuniu: “o Secretário de Segurança Pública, o Chefe de Polícia, o Comandante da Brigada Militar, o Chefe do Estado Maior da Brigada Militar, o Chefe da Polícia Rodoviária e o Secretário da Agricultura”, para discutir a forma de ação a ser tomada. (ECKERT, 1984: 166, 200) Conforme apresenta o trabalho de Córdula Eckert, em quase todos os acampamentos era enviado como porta-voz o Cel. Gonçalino, da Brigada Militar, e o Chefe de Polícia do Estado, Armando Prates, mesmo diante de inúmeras denúncias de abuso de força contra estes. Marginalizar e criminalizar os atos do MASTER significava atacar uma das bases de apoio trabalhista, o que talvez tenha evitado maiores mobilizações durante o golpe. Um dos fatores que elucida sobre isso é a identificação das principais lideranças, que foram presas antes mesmo do golpe<sup>10</sup>.

Conforme expõe Mercedes Cánepa, Ildo Meneghetti nas eleições de 1962, candidato da Ação Democrática Popular (ADP), vinculou seu discurso à defesa das reformas de bases, dando destaque a reforma agrária. Durante o discurso de lançamento de candidatura declarou:

Se falamos na indústria e no comércio, vamos dizer algo sobre o problema agrícola. Em primeiro lugar, *quero deixar claro que sou francamente partidário da reforma agrária. A diferença entre mim e outros é simples, mas muito grande. Eles agitam a bandeira da reforma agrária e, estando no governo, não fazem reforma alguma. Eu vou mais longe. Sou pela reforma agrária já, para agora, imediatamente.* Mas é evidente que meus propósitos não são os de me projetar no País – e até fora dele – como líder de uma aspiração que nesta quadra da vida brasileira não tem donos, porque é de todos os bons patriotas. Já começa aí a grande diferença entre nós. *Buscamos dar ordem às coisas desordenadas e não conturbar, e não agitar, e não sublevar.* Vamos fazer a reforma agrária se o povo nos conduzir ao Palácio Piratini. Vamos formar uma política agrária. *Reforma agrária não quer dizer tirar terras de quem tem e dar a quem não tem. É claro em muitos casos isso será necessário fazer. Para tanto, porém, não se faz indispensável a agitação. A lei aí está a nos indicar o caminho a seguir.* E tem mais: preferencialmente, deve receber terra quem tem pouca terra ou quem, não a tendo, tenha, entretanto, vocação para a terra. (*Correio do Povo*: 8/5/1962, p. 7). (Apud. CÁNEPA, 2005: 310). [grifos meu]

Ou seja, Meneghetti foi eleito com a promessa, entre outras, de efetivar um programa de reforma agrária. Nas análises de discursos eleitorais de 1962, segundo Cánepa, aparecem em todos os candidatos

(...) a defesa de reformas como um traço comum a todos estava a indicar que o jogo partidário, de forma geral, e a disputa eleitoral, em particular, além de canal de expressão, tornavam-se fatores de avanço do conjunto da sociedade na direção das reformas. (CÁNEPA, 2005: 362)

<sup>10</sup> Nesse sentido um bom exemplo pode ser ilustrado na capa da *Última Hora*, do dia 26 de outubro de 1963: “DOPS SEQÜESTRA LÍDER CAMPONÊS ‘João Sem Terra’ Seviciado em Nonoáí Está Preso em P. Alegre”

Entretanto, era possível discernir, conforme expõe a autora, entre um e outro, “no conjunto dos elementos constitutivos de cada discurso”, sendo importante destacar que cada um desses discursos recebia o “respaldo de setores sociais (classes, segmentos, grupos) também diferenciados, que passam a explicitar publicamente quer o apoio, quer a crítica a determinados discursos ou iniciativas de caráter político-partidário” (CÁNEPA, 2005: 362). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, mais de um autor ao se referir à candidatura de Ildo Meneghetti o apresenta como representante dos “setores conservadores”<sup>11</sup>. Segundo Wasserman, a conspiração pré-golpe inicia-se com a eleição de 1962, sendo o Rio Grande do Sul importante devido à liderança de Leonel Brizola. (WASSERMAN, 2010: 52) Nas palavras de Wasserman:

O conservador Meneghetti assumia o comando do Executivo estadual, enquanto o Executivo Federal se encontrava nas mãos do PTB de Jango e Brizola. Por isso, o governador do Rio Grande do Sul conspirou para derrubar João Goulart desde o primeiro dia de seu mandato, em março de 1963. (WASSERMAN, 2010: 55)

Assim, a postura repressiva por parte do governo Meneghetti em relação ao MASTER, sem deixar de reconhecer em seu discurso a necessidade da reforma agrária, é compreendida como um indicativo do golpe. Essa postura está inserida em um contexto de crise do “transformismo”, caracterizado pelo limite das classes dominantes em “absorver as demandas democráticas das massas”, resultando em repressão para neutralizá-las. (LACLAU, 1978: 198) Levando em consideração o processo de radicalização política em que, segundo Cánepa, forjam-se

(...) estratégias de atuação política, quer à esquerda, quer à direita. Se, de um lado, organizam-se camponeses e trabalhadores rurais sem-terra em torno da Reforma Agrária, de outro multiplicam-se as articulações e os congressos dos proprietários de terra. Se há mobilização do operariado urbano sob liderança dos sindicatos, dos partidos populistas ou do Partido Comunista, não é menor a articulação do empresariado em torno de suas associações de classe e organismos paralelos como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) atuando como o grande centro articulador da ‘elite orgânica’ de classe no sentido Gramsciano do termo. (CÁNEPA, 2005: p. 290)

Ou seja, buscarei compreender como o discurso do governador Ildo Meneghetti se inseriu nesse contexto de radicalização política que conduz ao golpe de 1964. Portanto,

---

<sup>11</sup> ADP, “aliança que reunia os partidos conservadores do Rio Grande do Sul e que tinha apoiado a eleição de Ildo Meneghetti”. (CÁNEPA, 2005: 391) “Meneghetti já havia sido governador entre 1955 e 1959 e foi eleito para um segundo mandato em 1962. Representava as forças conservadoras no estado, capitaneadas pelos partidos” UDN, PL e o PSD. (WASSERMAN, 2010: 51). Esse termo conservador parece contemplar os grupos que articularam o golpe, temerosos pelos rumos que as reivindicações das reformas estavam tomando, que podiam, dentro da sua visão, rumar para comunização do país.

temporalmente situarei a pesquisa entre janeiro de 1963, momento da posse de Meneghetti, e abril de 1964, mais precisamente até o golpe<sup>12</sup>.

Carla Simone Rodeghero ressalta a importância de estudos sobre o período:

Ainda é reduzido o número de trabalhos monográficos sobre a ditadura no Rio Grande do Sul. A *falta de estudos sobre a atuação do Executivo Estadual – na figura dos governadores Ildo Meneghetti (1963-1966), Walter Peracchi Barcellos (1967-1971), Euclides Triches (1971-1975), Sinval Guazzelli (1975-1979) e José Augusto Amaral de Souza (1979-1983) – impede, por exemplo, que se tracem relações entre as manifestações de oposição que aqui serão tratadas e a atuação dos governantes mencionados.* (RODEGHERO, 2002: 83) [grifos meu]

Assim sendo, conforme também nos aponta Wasserman, o Rio Grande do Sul teve um papel importante no golpe civil militar e ainda é pouco estudado (WASSERMAN, 2010: 54). A questão da reforma agrária aparece em praticamente toda a bibliografia que trata sobre o golpe, sendo apontada como um de seus estopins, por exemplo a desapropriação das áreas à beira de rodovias e ferrovias. Compreender as estratégias e mecanismos que conduziram ao golpe e ao regime que o seguiu, torna-se importante, hoje, devido às inúmeras disputas em torno da anistia e dos direitos humanos, no sentido de compreender as forças geradoras de repressões e perseguições. Conforme destaca Rodeghero, no trecho acima citado, a falta de estudo dos governadores do estado impedem uma melhor compreensão das relações com as oposições que se seguiram ao golpe.

Antes de mais nada, faz-se necessário realizar alguns apontamentos sobre os documentos que serão analisados. Em primeiro lugar, *Mensagem do Exercício de 1963 à Assembléia Legislativa* e a *Mensagem à Assembléia Atividades do Exercício de 1964*, os quais serão referidos ao longo da monografia como Relatórios de Governo, que em síntese é o que estes documentos são. Os Relatórios de Governo respondiam à obrigação do artigo 87, inciso XVII da Constituição Gaúcha – conforme o próprio documento expressa<sup>13</sup> – de prestação de contas das atividades do Executivo correspondentes ao ano que passou, na sessão de abertura dos trabalhos do ano que se inicia. Esses documentos são divididos em dois volumes: o primeiro volume de cada um deles traz um balanço geral da situação sócio-econômica referente ao ano que passou, em cada área da sua estrutura econômica e administrativa, assim como as pretensões do governo ao ano que se inaugura e onde aparece um pronunciamento do

<sup>12</sup> É importante destacar aqui, que a *MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIOS DE 1964* será apenas utilizada no capítulo do IGRA para verificação da hipótese apresentada anteriormente.

<sup>13</sup> *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 15/03/1964, vol. I, p. 02.

Governador à Assembleia Legislativa; o segundo volume, basicamente é um balanço dos investimentos e o resumo das atividades realizadas por cada secretária e suas divisões.

O Volume I, desses documentos, pode ser concebido como um grande discurso político, dentro da sua acepção de “tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa” (PINTO, 2006: 80). Por isso, para sua análise será apropriado alguns elementos teórico-metodológicos da obra *A Ordem do Discurso*, de Michel de Foucault, com suporte do artigo *Elementos para uma Análise de Discurso Político*, de Céli Pinto<sup>14</sup>. Buscando nos discursos do governo Meneghetti e na parte que cabe a Secretária da Agricultura os sentidos construídos por esse discurso, para depois confrontá-los com os dados apresentados no volume II pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, cujo presidente era o secretário da Agricultura, e compreendê-los em seu conjunto as medidas do governo, assim como sua postura repressiva ao MASTER. Partindo do pressuposto que, os discursos políticos estão inseridos em um cenário de disputa, buscarei confrontá-los com as notícias referentes à Reforma Agrária do jornal *Última Hora*<sup>15</sup>. Assim, busca-se uma pluralidade de discursos que me permita construir a questão da Reforma Agrária no primeiro ano do governo Meneghetti até o golpe de 1964.

É importante dizer que, a *Última Hora*, surge com apoio ou financiamento de Getúlio Vargas a Samuel Wainer, não vamos entrar nessa polêmica, apenas destacar que o jornal se caracterizou pela defesa da política varguista, o que lhe deu o apelido de *jornalismo populista* ou *sensacionalista*<sup>16</sup>. Samuel Wainer se popularizou ao entrevistar Getúlio Vargas, em sua fazenda em São Borja, na qual Vargas anuncia que seria candidato a presidência da República em 1949. Seguindo exemplo de Assis Chateaubriand – que se torna, assim como Carlos Lacerda, um dos principais opositores de Wainer na imprensa – consegue criar filiais do jornal em diversas capitais brasileiras comprando jornais falidos, Porto Alegre, São Paulo, Recife, entre outras. Diferente daquele, no entanto, que os jornais seguiam uma linha editorial disforme, Wainer vai imprimir uma linha editorial uniforme, centralizada no Rio de Janeiro. A *Última Hora* porto-alegrense teve uma vida curta de 15 de fevereiro de 1960 a 25 de abril de 1964, fechada por decorrência do golpe. (HOHLFELDT, 2005: 25-29) Em sua primeira edição é reveladora o seu compromisso de seguir a herança varguista:

Jornal sem compromissos com governo ou oposição, com partidos políticos ou grupos econômicos, só temos um compromisso, aquele pelo qual um dos maiores brasileiros de todos os tempos, Getúlio Vargas, ofereceu sua vida e

<sup>14</sup> Os conceitos usados dessas duas leituras serão explicitados no início do capítulo dois.

<sup>15</sup> É importante destacar que apesar de se tratar de linguagem jornalística, a imprensa até a década de 60, ainda apresenta um forte caráter político, por isso, ela pode também ser compreendida como discursos políticos. (PINTO, 2006: 87). Assim sendo, a *Última Hora* não deixa de ser um órgão trabalhista, pró-reforma agrária.

<sup>16</sup> Esse segundo apelido, talvez, esteja mais ligado a sua cobertura policial.

o seu sangue: defender os direitos do povo riograndense a uma vida mais feliz e mais alegre, apoiar as justas reivindicações de suas classes trabalhadoras, estimular o espírito de desenvolvimento de suas classes produtoras. (Apud.: HOHLFELDT, 2005: 30)

Segundo Hohlfeldt, se o jornal seguia a linha editorial carioca, “seus apoios políticos nacionais e regionais, na conjuntura em que circulou, eram mais complexos”. Desde que Jânio Quadros assume o poder, ela “aderiu às reformas por ele preconizadas. Mas só se mobilizou verdadeiramente” depois de sua renúncia. Durante o governo Brizola, havia algumas reservas por parte do jornal, diante de problemas enfrentados pelo governador com o funcionalismo. Conforme Hohlfeldt, isso se devia ao fato de alguns dos seus jornalistas serem militantes do PCB ligados a sindicatos. “Por outro lado, parte da redação estava diretamente vinculada ao PTB”. Assim, pode-se dizer que o jornal manteve um discreto apoio ao governo Brizola, “salvo nos episódios em que se cumpriam metas coincidentes às duas instituições, como a Reforma Agrária ou a nacionalização de empresas multinacionais”. A mudança de governo coloca o jornal em franca oposição, agravada pela equipe de cobertura policial que, “com os policiais negando informações aos jornalistas de *Última Hora*, que tiveram de buscar cobertura judicial para tanto, chegando alguns deles, contudo, a serem ameaçados e mesmo espancados por policiais”. (HOHLFELDT, 2005: 32-33) Ao longo do ano de 1963 e início de 1964, é comum as reportagens notificarem que as informações ali presentes foram trazidas por algum membro sindical urbano ou do campo (entenda-se para o último MASTER) em visita a redação do jornal. O que só confirma o que Hohlfeldt explicitou: o elo da redação do jornal com o movimento sindical da época. Isso é importante ser destacado aqui, pois a pretensão dessa monografia não é fazer uma análise do discurso do jornal, mas entendê-la como agente externo ao discurso do governo. Buscando a exterioridade do discurso de governo, ou seja, “as condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória” de “acontecimentos e fixa fronteiras” (FOUCAULT, 1996: 53). Partindo-se do pressuposto que a reforma agrária no discurso do governo Meneghetti, trata-se de uma *interdição*, promovida pelo contexto no qual ele se insere.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> É importante destacar que, Córdula Eckert constroi a sua dissertação, no que se refere ao governo Meneghetti, basicamente, com a utilização deste jornal. Uma das pretensões dessa monografia é, de certa forma, contribuir com este trabalho já realizado, talvez, preenchendo algumas de suas lacunas. Buscou-se revisitar essas fontes, mas com a intenção de confrontá-las com o discurso de governo. Como foi expresso anteriormente, e não simplesmente reafirmar as conclusões desse trabalho. Assim como não se pretende reconstruir todos os acampamentos ocorrido no período, até mesmo porque essa pesquisadora já fez isso.



## 1. RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

Não é possível compreender o discurso do governo Ildo Meneghetti, sem se levar em consideração o contexto de radicalização política que se inseria o país, no qual, conforme Mercedes Cánepa, já mencionado anteriormente, os diferentes grupos de direita e esquerda articulavam-se em posições estratégicas aberta e radical de acordo com seus interesses e objetivos<sup>18</sup>. De acordo com Caio Navarro Toledo, há praticamente um consenso, entre os setores de esquerda ao interpretarem o início da década de 1960, mais precisamente o período de 1961-1964, “como um momento em que a luta de classes no Brasil alcançou um de seus momentos mais intensos, dinâmicos e significativos” (TOLEDO, 2004: 14). Em um primeiro momento, será abordado a radicalização política em torno da Reforma Agrária em nível nacional, uma vez que este contexto influencia o cenário gaúcho, para depois abordá-la em nível estadual.<sup>19</sup>

### 1.1 Nível Nacional

A questão agrária no Brasil, conforme Leonilde S. de Medeiros, convencionou-se chamar assim, o conjunto de transformações que sofreu o campo brasileiro nos anos de 1950 e 1960:

Ela emergiu no quadro de rápida industrialização do país e se configurou através de três dimensões fundamentais:

- suposta incapacidade da agricultura de se adequar às exigências do processo de desenvolvimento econômico;
- transformação das relações de produção no campo;
- quebra do padrão tradicional de dominação. (MEDEIROS, 1982: 18)

Para essa autora, o conjunto desses três elementos, os quais são aprofundados em sua dissertação de mestrado, conduz o trabalhador rural, em defesa do seu modo de vida contra a sua proletarização, a se organizar e resistir, criando formas próprias de organizações – associações e ligas, “desvinculados do sindicalismo oficial” – que ganharam relevo nacional,

<sup>18</sup> Ver a citação da página 13 CÁNEPA, 2005: 290.

<sup>19</sup> É importante dizer que a discussão sobre Reforma Agrária não se inicia durante o governo João Goulart, mas por conta do espaço e dos objetivos dessa monografia ficará restrita ao período do governo João Goulart, pois é nesse período que os antagonismos se afluam de maneira mais aberta. Assim como é importante destacar que a radicalização política não ocorre somente entre os grupos interessados na efetivação da Reforma Agrária e as organizações ruralistas; a radicalização política ocorre entre os diferentes grupos de esquerda e direita de diferentes segmentos sociais.

dando características próprias a discussão em torno da questão agrária no Brasil. (MEDEIROS, 1982: 36) Os anos 1950 e 1960, serão os anos marco da mobilização camponesa, quando suas reivindicações começam “a ganhar expressão política” (HARRES, 2002b: 32). De acordo com José de Souza Martins, a partir do “Manifesto de Agosto” do Partido Comunista do Brasil definia-se de forma mais “radical em relação aos problemas do campo”, o que será acompanhado, em setembro do mesmo ano, pela “primeira pastoral sobre a situação do campo” do bispo de Campanha (MG). Seria o início das organizações camponesas, via seus dois principais autores, o PCB e a Igreja Católica Brasileira,

(...) em que conta o despertar político dos camponeses brasileiros teve em ambos uma força propulsora e, provavelmente, um limite. Pouco depois surgiriam as Ligas Camponesas como força política inicialmente apoiada e estimulada pelos comunistas e posteriormente por eles combatida. E, finalmente, já nos anos 60, o trabalhismo de Goulart procurará no poder, [...], disputar também o controle sobre o movimento camponês. (MARTINS, 1990: 81)

Não é a intenção discutir as disputas em torno da tutela sobre os movimentos sociais dos trabalhadores rurais, apenas situar que houve essa disputa – que influencia diretamente, segundo Martins, na história política do campesinato brasileiro – e expor um pouco do contexto do surgimento das Ligas Camponesas. Mas por que falar aqui das Ligas Camponesas? Porque será de dentro desse movimento que vão partir concepções mais radicais a esquerda. É importante destacar o afastamento entre o PCB e as Ligas, enquanto para o primeiro, *reforma agrária radical* devia ser alcançada por “reformas parciais”, para o segundo grupo, “a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra”, convertendo-a em “propriedade camponesa”, até mesmo a estatização da terra. Além disso, conforme expõe Martins, parte das Ligas “evolui para o preparo da guerrilha, instalando campos de treinamento em Goiás”. (MARTINS, 1990: 89, 90)<sup>20</sup>

Diante dessas informações, é interessante destacar algumas notícias, encontradas ao longo da pesquisa no jornal *Última Hora*. Em julho de 1963, em Pernambuco, na cidade de Vitória de Santo Antão, quatro mil homens armados teriam se apossado dos “engenhos

<sup>20</sup> É importante aqui destacar que – de acordo com informações de outra autora, Córdula Eckert – a trajetória das Ligas não pode ser considerada uniforme e linear, “ela passou por distintas fases, que correspondem a mudanças na orientação política e ideológica de sua ação.” Em um primeiro momento se destina a orientação “para assistência e à organização dos camponeses em litígio” e de denúncia das condições dos trabalhadores do campo. A partir de 1960, ocorre uma mudança de orientação política ideológica, que a conduz a proposta de “Reforma Agrária Radical, ‘na lei ou na marra’, que mais do que uma palavra-de-ordem, era um programa, uma proposta” – ou o governo promove a reforma agrária na lei, ou ela será conquistada por meio da luta armada. Essa mudança foi influenciada pela Revolução Cubana e pela invasão da Baía dos Porcos. (ECKERT, 1984: 249-250)

Coqueiro, Camarão e Tamatimirim, pertencentes ao latifundiário e ex-deputado Constâncio Maranhão”. Segundo a reportagem, a fazenda, de novecentos hectares, estaria abandonada há vinte dois anos e os posseiros contavam com o “apoio das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais”.<sup>21</sup> Um mês antes, dessa vez no Estado do Rio de Janeiro, eclode no alto da Serra do Capivari um levante armado de camponeses, liderado pelo Padre Aníbal Magalhães Meades, que fizeram vinte e seis jornalistas, mais alguns funcionários da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e alguns militares de reféns. Inicialmente eram cerca de dois mil agricultores, que com a prisão do padre Aníbal se dispersaram, restando trezentos homens que se deslocaram para as matas, com alguns dos reféns. Após alguns dias a polícia carioca, segundo a *Última Hora*, teria sequestrado o filho de uma das lideranças dos sem terra sublevados, como forma de pressionar o fim do levante.<sup>22</sup>

No campo oposto, tem-se as entidades rurais e as classes produtoras. Diante das discussões e insistência do governo Goulart em sua pretensão de realizar uma reforma constitucional para viabilizar a Reforma Agrária<sup>23</sup>, conforme Aspácia Camargo, esses grupos apresentavam-se unidos e articulados “em torno de medidas que não ferissem a Lei Magna desde a Conferência Rural de 1962”:

Nesse particular, são unânimes as críticas ao flagrante atentado contra o direito de propriedade, explícito nas intenções do governo, e que segundo as vozes que ecoam da Associação Comercial, da Sociedade Rural Brasileira e da Confederação Rural Brasileira, ameaçam diretamente os princípios básicos da democracia. (CAMARGO, 1981: 213)

Cabe destacar que, a Reforma Agrária preconizada pelos líderes ruralistas era o projeto de lei do Senador Coimbra Bueno (PSD-SP), que segundo Camargo, estava mais preocupado com “produtividades, o escoamento da produção, as formas de financiamento, as áreas e as condições de desapropriação, e prevendo encaminhamento via executivo, através da [Superintendência de Reforma Agrária] SUPRA” – projeto este que foi sugestão da Confederação Rural Brasileira. Outro argumento apresentado pelas lideranças ruralistas é que as desapropriações eram um gasto dispendioso e somente serviria para elevar a inflação,

<sup>21</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1037, 12/07/1963, p.07.

<sup>22</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1020, 22/06/1963, p. 03; n.º 1021, 23/06/1963, p. 03; n.º 1022, 25/06/1963, p. 02; n.º 1024, 27/06/1963. É importante destacar que essas reportagens não identificam se há alguma organização camponesa por traz do levante, mas é possível que tenha o envolvimento das Ligas até pelo formato da ação.

<sup>23</sup> Refere-se ao Artigo 141, § 16, que previa o pagamento de valor justo e em dinheiro de terras desapropriadas.

buscando cada vez a aproximação com PSD<sup>24</sup> e a UDN no Congresso Brasileiro, transformando-o em limite para a aprovação das Reformas. (CAMARGO, 1981: 213)

No momento que João Goulart, começa a sinalizar para uma Reforma Agrária via executivo – preconizada no decreto da SUPRA de declaração de interesse social, para fins de desapropriação, dos eixos rodoviário e ferroviários, além das áreas irrigadas por açudes federais –, entre maio e julho de 1963, será o ápice da reação ruralista

(...) estendendo-se por municípios do interior, e culminando com uma concentração de 1.500 entidades em Brasília, apoiadas por políticos hostis ao Governo, e pela Confederação Rural Brasileira. Em São Paulo, núcleos de proprietários, espalhados pelo Estado, rapidamente se organizam, e além da ofensiva mineira, também no Estado do Rio e em Goiás os protestos aguçam a crise. (CAMARGO, 1981: 218)

Em fevereiro de 1964, duas notícias chamam a atenção na *Última Hora*. A primeira é sobre um comício pró-reformas em Minas Gerais, em que o jornal acusa o presidente do PSD e da Associação Rural de Corinto de ter comandado um tiroteio contra os manifestantes<sup>25</sup>. A segunda refere-se à situação de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Goiás nos quais havia a possibilidade de confronto armado entre os proprietários e os sem terra<sup>26</sup>. Já em março, a FARSUL emite nota de apoio a Associação de Governador Valadares, cujos dirigentes estavam manifestando que pegariam em armas contra o decreto da SUPRA<sup>27</sup>. E, por último, no dia dez de março, é noticiado que fazendeiros das cidades de Manuque e Carlos Chagas, interior de Minas Gerais, estariam fortemente armados contra o mesmo decreto. É importante destacar que a radicalização por parte dos ruralistas é anterior à discussão do polêmico decreto da SUPRA. Conforme, pode-se perceber em outra notícia de Goiás, onde na entrada da cidade de Formosa um automóvel da SUPRA foi alvejado a tiros por “jagunços”. Segundo a reportagem, os mandantes do atentado supõem que o deputado federal Leonel Brizola estaria no carro.<sup>28</sup>

## 1.2 Nível Estadual

No Rio Grande do Sul, a mobilização dos agricultores, assim como em nível nacional, também foi fruto de disputas entre comunistas, Igreja e, depois, pelo PTB (HARRES, 2002:

<sup>24</sup> Serão as discussões sobre Reforma Agrária, entre outros motivos, que levam ao rompimento desta com o governo de Goulart.

<sup>25</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 1221, 18/02/1964, p.09.

<sup>26</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 1223, 20/02/1964, p.02.

<sup>27</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 1233, 03/03/1964, p. 03.

<sup>28</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 993, 20/05/1963, p. 03.

239). As Ligas Camponesas também tiveram espaço no Estado, porém, a atuação desta foi muita pequena comparada ao MASTER. Segundo Córdula Eckert, “a tentativa de implantação das Ligas no RS não teve sucesso, conforme afirmação de Clodomir Moraes [ex-militante das Ligas, entrevistado pela autora], devido à existência do MASTER”<sup>29</sup>. Estes dois movimentos não chegaram a se articular em nenhuma atividade conjunta, uma vez que para as Ligas o MASTER era “uma organização reformista, atrelada ao governador Brizola e ao PTB”, “encaravam o MASTER como uma organização oficialista”, “vinculada a um projeto pessoal do governador Brizola” (ECKERT, 1984: 252-253). Desse modo, não chega a se constituir no Estado mobilizações camponesas com posturas mais radicais, como a das Ligas Camponesas. Dentro da mobilização camponesa, poderíamos ainda citar a Frente Agrária Gaúcha (FAG), esta criada pela Igreja visando evitar a comunização do campo e se constitui com forte cunho conservador, objetivando, sobretudo, a educação do homem do campo e a sindicalização. De acordo com Marluza Harres, “recomendações do ABC do sindicato rural editado pela FAG em 1962, consta: ‘o sindicato deve trabalhar por uma mudança pela educação e nunca pela luta de classes’” (HARRES, 2002: 252). De acordo com a mesma autora, a FAG teria surgido em oposição ao MASTER, a partir dos auspícios anti-comunista de Dom Vicente Scherer, que o encarava como um movimento comunista. O MASTER por sua vez, como já foi mencionado na introdução deste trabalho, caracterizava-se por estratégias de luta dentro de parâmetros legais, o que não evitou, durante o governo Meneghetti, que fosse duramente reprimido. Na realidade, como se pode depreender do surgimento da FAG, a radicalidade do MASTER estava mais nos discursos contra ele, do que propriamente em suas posturas e ações políticas.

Conforme nos expõe Córdula Eckert, a FARSUL, entre 1960 e 1964, não deixa de reconhecer a necessidade da Reforma Agrária:

(...) como disse Moacir Palmeira, “antes de 64, sobretudo no final do período, em 62/63, nem os grandes proprietários, e nem aqueles que militavam efetivamente contra a reforma agrária ousavam se manifestar publicamente contra ela. A expressão *reforma agrária* ganhou, na época, um tal peso que até as entidades patronais diziam defendê-la”. Acrescenta ainda Palmeira, que evidentemente a proposta de reforma agrária defendida por estes setores “era completamente diferente da reforma agrária proposta naquela ocasião pelas Ligas Camponesas, pelos sindicatos e pelo movimento popular em geral. Mas em todo caso, demonstra bem a força adquirida por aquela reivindicação camponesa” (ECKERT, 1984: 279)

---

<sup>29</sup> Houveram Ligas em Gravataí, Minas dos Ratos e Santo Antônio da Patrulha, porém, o trabalho aqui no Estado esteve voltado primordialmente em buscar apoio humano e de armas, para formação de um dispositivo militar no Paraná, que chega a se constituir. Mas pelo que se pode depreender da leitura de Eckert, perde força quando os militantes nordestinos retornam para o Nordeste, devido à crise da direção nacional, no final de 1962. (ECKERT, 1984: 252)

Para a autora isso também é válido para FARSUL. No Congresso de Santa Maria, em janeiro de 1962 – prévia da VI Conferência da Confederação Rural Brasileira (RJ) –, onde se reuniram todas as associações rurais do Estado, segundo Eckert, o discurso de Antônio Saint-Pastous, então presidente da Federação, “foi no sentido de que ‘façamos a revolução da paz, antes que se desencadeie a revolução cruenta’”. Dessa forma, a FARSUL estava se dispondo a assumir esse processo, mas “de forma alguma admitia que fosse tocada a propriedade privada”. Como já foi dito na introdução dessa monografia, chega-se a tentar um diálogo com governo Brizola, porém as negociações se frustraram, uma vez que os acampamentos continuaram acontecendo. Dessa forma, Eckert sinaliza que os ataques da entidade patronal passam a ser dirigidos contra Brizola, por estar agitando subversivamente o campo, mas não contra a Reforma Agrária. (ECKERT, 1984: 279, 280)

Será o contexto de 1963 e 1964 de acirramento da luta de classes que permitira a FARSUL assumir “posições mais firmes contra uma reforma agrária que atingisse a propriedade privada e contra os acampamentos”. A entidade, veladamente, classificava a SUPRA como órgão comunista, “ao afirmar que órgãos oficiais estariam promovendo agitação no meio rural”. (ECKERT, 1984: 281-282, 212)

Em junho de 1963, a *Última Hora* noticia uma crise interna na entidade, diante de um manifesto de oito Associações Rurais do interior, alegando que a FARSUL estava com posição indefinida em relação à reforma do inciso 16, do artigo 141 da Constituição Federal<sup>30</sup>. Um mês depois, Saint-Pastous teria abandonado o cargo, durante assembléia geral da entidade, e uma nova direção teria assumido prometendo cooperar com o governo do estado<sup>31</sup>. Conforme foi dito anteriormente, Saint-Pastous estava disposto a estabelecer o “diálogo”, pois acreditava que a reforma agrária sairia de uma forma ou de outra, a renúncia do cargo pode ser visto como a adoção de uma postura mais radical contra a reforma agrária, por parte da entidade patronal.

Assim como aconteceu a nível nacional, será o decreto da SUPRA<sup>32</sup> que promoverá um maior acirramento e que conduzem a FARSUL a uma radicalização política aberta. Ela não só se manifestara contrária a tal medida federal, como também anuncia que pegaria em armas em defesa da inviolabilidade constitucional, ou seja, da propriedade privada, em exemplo do que vinham prometendo os mineiros. (ECKERT, 1984: 282)

---

<sup>30</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1016, 18/06/1963, p. 05. Este artigo da Constituição de 1946 previa que as desapropriações deveriam ser pagas em dinheiro e um valor justo, que gerava margens a especulação imobiliária, inviabilizando um processo de Reforma Agrária mais amplo.

<sup>31</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1041, 17/07/1963, p. 07.

<sup>32</sup> Frisando apenas que é o decreto de declaração para interesse social das propriedades localizadas entre o eixo rodo-ferroviário e dos açudes federais.

#### FARSUL Resistirá Pela Fôrça Ao Decreto de Desapropriação

O sr. Oscar Carneiro da Fontoura [presidente da FARSUL] enviou telegramas, ontem, ao presidente João Goulart e à Associação Rural de Governador Valadares, protestando contra o decreto de desapropriação da SUPRA e dando conta da disposição dos latifundiários gaúchos, a exemplo de que prometem os mineiros, resistir a fôrça contra o movimento dos 'sem terra'. Tais telegramas deixam claro que os grandes proprietários de terras prepararam-se para uma luta armada contra os camponeses que penetrarem em suas glebas, pedindo a reforma agrária. (*ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 1233, 03/03/1964, p. 03)

Conforme destaca Eckert e se evidencia em outras notícias da *Última Hora*, os ruralistas temiam que a assinatura do decreto viesse a desencadear uma onda de invasões de terra. A autora destaca que, o objetivo da FARSUL era obter do governo a garantia da ordem, o que é evidenciado em encontros com o Governador, o Secretário de Segurança e o Comandante do III Exército. (ECKERT, 1984: 286-287)

Como foi citado anteriormente, essa radicalização política se tornou aberta com o decreto da SUPRA, entretanto não se pode afirmar que ela já não havia antes. A diferença é que, a partir dele a principal entidade patronal ruralista fala abertamente que usará de violência, visto que isso já vinha ocorrendo no Estado. Em São Francisco de Paula, na região de Mato das Flores, posseiros estariam sendo vítimas de espancamentos, incêndios e outras formas de violência, por um grupo de “jagunços” contratados pelo proprietário das terras, em agosto de 1963<sup>33</sup>. No mesmo mês, em Santa Bárbara, o fazendeiro Eugênio Oliveira após perder na justiça uma ação de despejo de um grupo de sem terras residentes em sua propriedade, assassinou um dirigente do MASTER sob forma de intimidação ao grupo<sup>34</sup>. Assim, com o decreto da SUPRA, a FARSUL apenas oficializou uma postura que já vinha sendo tomada contra agricultores sem terra. Atitudes que nem mesmo a fiscalização dos funcionários da SUPRA intimidavam, como se pode depreender da sequência de atos violentos em São Francisco de Paula, que se seguiram após a notícia exposta acima.<sup>35</sup> Assim como houve casos dentro do núcleo de colonização de Itapoã, criado na gestão Brizola, que o administrador do núcleo (nomeado pelo IGRA) e um fazendeiro da região teriam ameaçado

<sup>33</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1058, 06/08/1963, p. 03.

<sup>34</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1074, 23/08/1963, p. 09. Na mesma notícia, há referência sobre novas arbitrariedades em São Francisco de Paula na região de Mato das Flores.

<sup>35</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1065, 13/08/1963, p. 15; n.º 1069, 17/08/1963, p. 03; n.º 1074, 23/08/1963, p. 09; n.º 1114, 09/10/1963, p. 05; n.º 1181, 31/12/1963, p. 05. Esta última notícia a expulsão dos agricultores, com auxílio da Brigada Militar, de terras que segundo a reportagem teriam sido arrendadas por João Machado dos Santos (João Sem Terra). Este último personagem é objeto de um documentário, *João Sem Terra* de Teresa Trindade Noll, é possível que seja um projeto de mini-reforma agrária implantado por esse líder camponês que foi extinto pela ação de latifundiários, conforme aparece no documentário. Na primeira reportagem da nota 33, é mencionado que um dos jagunços, contratado pelo proprietário das terras, teria abandonado o grupo depois de receber ordens de matá-lo.

de morte e realizaram uma tentativa de despejo de um agricultor, que não por coincidência era o presidente da Associação dos Sem-Terra de Itapoã, ligado ao MASTER.<sup>36</sup> Ou seja, funcionários do governo articulados com latifundiários promovendo repressão a agricultores.

Cabe destacar que, a radicalização política no Rio Grande do Sul será oficial, a partir de 1963, assim sendo o Estado adota essa postura travestida em um discurso auto-intitulado social-democrata<sup>37</sup>. Ao longo de 1963, os acampamentos comandados pelo MASTER foram, quase sem exceção, duramente reprimidos.

Esses fatos [a repressão aos acampamentos] repetiram-se durante todo o Governo Meneghetti. A repressão foi uma constante: agricultores ameaçados, espancados, presos; ranchos queimados, ferramentas apreendidas e, inclusive, assassinato de agricultores ocorreu. *Invariavelmente, a posição do Governador era de desconhecimento de tais fatos, alegando que não havia dado ordens para tais atitudes.* E, também, invariavelmente, prometia averiguar os acontecimentos e punir os culpados. (ECKERT, 1984: 294-295) [grifos meu]

Conforme Eckert, o clima de impunidade serviu para aumentar a repressão, a posição do governador de alegar não ter conhecimento das atitudes violentas da polícia do Estado, dificultava aos movimentos sociais combatê-la (ECKERT, 1984: 295). Em diferentes circunstâncias o governador fazia promessas que resolveria o problema dos acampados, porém:

Ao invés de cumprir promessas como esta [referente ao acampamento de Osório], Meneghetti liberou a repressão no estado riograndino – tanto a exercida pela polícia, como também, a exercida por particulares – sem jamais uma averiguação ter tido resultados concretos que penalizassem os culpados (ECKERT, 1984: 298-299).

Por conseguinte, o governador não assume a repressão, mas também não promove investigações para apurar os atos repressivos, levando a uma generalização desses atos pelo Estado. Além disso, foi comum, ao longo de 1963 e início de 1964, os casos que o governo procura deslegitimar a Reforma Agrária de Leonel Brizola e a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). Ao primeiro fica evidenciado no caso do Banhado do Colégio que será mencionado no capítulo sobre o IGRA. Já no que se refere à SUPRA, dois episódios são marcantes. Durante o acampamento de Osório, após o registro de inúmeras violências e uma

<sup>36</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1051, 27/07/1963, p. 05.

<sup>37</sup> De acordo com Mercedes Cánepa, o discurso eleitoral de Ildo Meneghetti segue uma autoconstrução de um social-democrata, como se percebe nos seguintes trechos apresentados pela autora: “[ordem econômica] 1. instaurar uma *democracia social* em que se *harmonizem o trabalho e o capital*, com a valorização primacial daquele”; [ordem social] 1. efetivar uma *política social orientada no sentido da harmonia entre as classes* e de *apoio às suas organizações profissionais*, cuja função de colaboração com o poder público deve ser estimulada...” Apud.: ADP, *Correio do Povo*: 5/4/1962 p. 13 (CANEPÁ, 2005: 307).



comitiva de parlamentares, jornalistas, sindicalistas e funcionários da SUPRA ser impedida de entrar no acampamento, Eliseu Tôres, delegado regional da SUPRA, reuniu-se com o governador para comunicar que iria ao acampamento e denunciar as arbitrariedades policiais. Após esse encontro o gabinete de imprensa do governo emitiu uma nota na imprensa, alegando que Eliseu Torres estaria solicitando permissão para ingressar no acampamento e que este era contra a formação de acampamentos. (ECKERT, 1984: 299, 309) O segundo caso é referente ao decreto da SUPRA, já mencionado neste capítulo: o governador declara que, fiel à Constituição, “não permitiria qualquer perturbação da ordem que vise alterar a tranquilidade do Estado, advertindo que empregará, se necessário for, todos os meios a seu alcance, para conter qualquer violência ou tentativa de invasão de terras do domínio privado” (ECKERT, 1984: 298); ao que o IGRA publica na imprensa um quadro afirmando que 41,9% da superfície do Estado seria desapropriada<sup>38</sup>. Atitudes que entram em ressonância com o anúncio da FARSUL de resistir ao decreto, demonstrando mais claramente a postura de radicalização política do governo. Mas, como já foi dito aqui, essa radicalização só se torna aberta, após o polêmico decreto da SUPRA. O próximo capítulo permitirá entender melhor esta questão.

---

<sup>38</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 1242, 13/03/1963, p. 02

## 2. ANÁLISE DO DISCURSO DO GOVERNO

Compreende-se o discurso como uma tentativa de dar sentido ao real, de fixar sentidos, e mais precisamente o discurso político como “repetida tentativa de fixar sentido em um cenário de disputa” (PINTO, 2006: 80). Objetivando encontrar o sentido do discurso do governo Meneghetti, buscou-se a apropriação dos seguintes conceitos de Foucault e outros apresentados por Céli Pinto: *especificidade* e *regularidade*, *inversão*, *acaso*, *interdição*, *exterioridade*, *deslocamento* e *hegemônico*.

*Especificidade* do discurso, na concepção Foucaultiana, seria concebê-lo a partir dos elementos que ele oferece, sem torná-lo “um jogo de significações prévias”. Para isso deve se buscar um “princípio de *regularidade*”, ou seja, elementos constitutivos de sentido que se repetem dentro do discurso. (FOUCAULT, 1996: 53, 54)

*Inversão* seria o reconhecimento da fonte do discurso, seu princípio de expansão e continuidade, nessas figuras que parecem “desempenhar um papel positivo” na construção dos sentidos. Essa pode estar inserido em um *jogo negativo*, ou seja construção de um sentido de uma auto-imagem a partir da negação do outro, da sua exclusão. (FOUCAULT, 1996: 51)

*Acaso* este conceito funciona mais como um alerta ao se analisar o discurso, pois podem surgir expressões, acontecimentos dentro do discurso sem um sentido determinado, o que seria o *acaso*. Por isso é preciso limitá-lo pelo “jogo de uma identidade”, buscar no próprio discurso repetições que identifiquem ou refutem esse *acaso*, sem desconsiderar a possibilidade de sua presença. (FOUCAULT, 1996: 22, 29)

### *Interdição:*

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual de circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 1996: 10)<sup>39</sup>

Logo, são sistemas culturais e históricos que inibem a fala sobre qualquer coisa em qualquer circunstância pelo jogo de imposições sócio-culturais. Esse conceito será usado em sentido inverso, partindo-se do preceito que Reforma Agrária não poderia deixar de ser mencionado em um discurso político, devido à conjuntura externa ao discurso, logo ela é uma *interdição* no discurso do governo. Esta é fruto da *exterioridade* do discurso, porém deve-se

---

<sup>39</sup> FOUCAULT, 1996, 10.

tomar o cuidado de partir do discurso para identificá-la, a partir “de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras”. (FOUCAULT, 1996: 53)

*Deslocamento*, de acordo com Céli Pinto, na perspectiva de se impor uma verdade ou escondê-la, desloca-se do verdadeiro sentido para outro, “como a centralidade no discurso da violência em detrimento do discurso de combate à desigualdade social”. (PINTO: 2006: 105) Em síntese seria um desvio de sentido.

O Discurso *Hegemônico*, nas palavras de Céli Pinto, “é aquele que consegue constituir uma cadeia de equivalência e articular todas as diferenças de forma tal que elas diminuam seus significados particulares.” (PINTO, 2006: 102-103) Em outras palavras, ele busca minimizar as diferenças, dentro de um jogo de equivalência e sentidos, colocando-se como defensor dos interesses gerais. A partir dele, pode-se identificar as disputas em torno dos sentidos e de quem vai direcionar, dentro da presente monografia, a solução dos problemas sociais.

## **2.1 Mensagem do Exercício de 1963 à Assembléia Legislativa<sup>40</sup> e o Plano de Investimentos e Serviços Públicos 1964-66**

A *Mensagem do Exercício de 1963 à Assembléia Legislativa*, a qual será referida como Relatório de Governo, inicia com um discurso do governador Ildo Meneghetti. Já de início o discurso apresenta uma das *regularidades*, compreendidas como elementos que se repetem de um discurso para outro, que seria uma espécie de apelo de Meneghetti a busca de soluções harmônicas aos problemas enfrentados pela sociedade:

Na *harmonia* e independência dos Poderes Constitucionais reside o equilíbrio de nossa democracia. Porém na *hora conturbada* que vivemos, está no elenco de nossas responsabilidades comuns a busca, *também comum e harmônica*, de soluções para os problemas que a Nação enfrenta. (MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 04) [grifos meu]

Em várias notícias de *Última Hora*, quando o governador recebe agricultores do MASTER, é corriqueiro o pedido de atitudes pacíficas. Como expressa bem a notícia intitulada *Camaquã: Govêrno Pede Paciência*, na qual Meneghetti acentua que “a luta pela

---

<sup>40</sup> O documento foi entregue no dia 15 de março de 1964, mas é importante destacar que a Mensagem refere-se ao ano anterior da gestão.

conquista da terra deverá ser conduzida pacificamente”<sup>41</sup>, dirigindo-se a uma comissão de dirigentes do MASTER da região referida no título. Nessa perspectiva, Ildo Meneghetti procura fixar um cenário brasileiro, onde as reivindicações políticas têm tomado um rumo violento, contrapondo-se a seus adversários políticos que estariam promovendo agitações. Ou seja, em uma perspectiva de *inversão*, de *jogo negativo*, Meneghetti busca constituir a sua própria imagem, como aquele que está protegendo as leis e um conjunto moral, contrapondo-se a mobilização e as agitações políticas. Ao declarar em entrevista a imprensa, em junho de 1963, ter posição avançada sobre a Reforma Agrária, Ildo Meneghetti lamenta “que muitos daqueles que se dizem campeões da reforma agrária sejam precisamente os que mais a dificultam pelo clima de intranqüilidade que criam”<sup>42</sup>, o que reafirma essa *inversão* em seu discurso. Enquanto, o governador estaria, em seu discurso, tentando pacificar as discussões, os “campeões da reforma agrária”, provavelmente uma menção a Brizola e aos funcionários da SUPRA, estariam criando um clima de agitação que tornava inviável o diálogo. Em outra passagem do Relatório isto fica um pouco mais evidente:

É da essência democrática o debate livre das idéias. È [sic] da essência democrática a diversificação de opiniões. Mas os fatos em si, a dura realidade nacional, é uma só. E esta realidade é terrível. É ela, senhores deputados, que se transforma em *clamor* e, não raro, em *protestos e até revolta*. (MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 05) [grifos meu]

Esses comentários iniciais, e até mesmo esse último trecho citado, em um primeiro momento podem parecer não ter relação com a Reforma Agrária, ser o *acaso* dentro do discurso, porém, tem relação e isso logo ficará mais claro. O discurso segue com um balanço da situação econômica do país e do Estado. Segundo Meneghetti, “na lavoura a produção decresce. Aumenta em função da área plantada, mas diminui em função da quantidade colhida por hectare”, em torno de 100 mil pequenas propriedades do Estado estariam com suas terras cansadas. Além disso, o governador argumenta, em seu discurso, que aos trezentos mil “desempregados ou subempregados”, acrescentam-se anualmente cinquenta mil novas pessoas em busca de trabalho. Diante desse quadro, Meneghetti afirma ser necessário tomar uma postura “política clara e definida” e propõe:

primeiro – reconheço, a *necessidade urgente de transformações profundas em nossa estrutura econômica, dando maior produtividade ao trabalho do homem e fazendo com que a maioria que hoje vegeta no interior se beneficie do processo produtivo;*

<sup>41</sup> ÚLTIMA HORA, Ano IV, n.º 1060, 08/08/1963, p. 05.

<sup>42</sup> ÚLTIMA HORA, Ano IV, n.º 1006, 05/06/63, p.04.

segundo – proclamar, como aqui proclamo, que *o processo de desenvolvimento no Brasil é pacífico* e que *tôda a tentativa de violência ou ruptura da legalidade só pode atrasar êsse processo e servir às forças mais reacionárias da nossa sociedade. Assim como não se pode reconhecer uma pessoa pelo que ela diz de si, não se identificam as fôrças e correntes políticas pelo que elas proclamam a seu próprio respeito*, mas sim pela sua ação prática no quadro da sociedade em que vivem e atuam. Difícilmente poderá ser qualificado de progressista aquêle que prega soluções de violência para os problemas brasileiros, pois *a violência, atrasando o processo de desenvolvimento social, gerando antagonismos drásticos, constitui-se, na etapa atual da vida brasileira, no elemento mais reacionário.* (MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 08) [grifos meus]

A *regularidade* do discurso se mantém, em torno da harmonia, da necessidade de criar um ambiente pacífico, etc., em oposição ao que vinha sendo proposto, em termos de Reforma Agrária, pela União. É importante lembrar que, no período que este documento foi elaborado e entregue, a discussão em torno da Reforma Agrária girava em torno do decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) de declaração de interesse social, para fins de desapropriação, do eixo rodo-ferroviário e dos açudes federais. Em 13 de março, dia que foi assinado o decreto pelo Presidente da República João Goulart, o IGRA teria emitido na imprensa um quadro afirmando que 41,9% da superfície do Estado seria desapropriada<sup>43</sup>. Soma-se a essa postura, desde dezembro de 1963, a FARSUL que vinha declarando que reagiria armada contra o decreto da SUPRA (ECKERT, 1984: 216). Nesse último trecho fica mais evidente o *jogo do negativo*, em uma clara contestação ao referido decreto, que foge da legalidade e promove agitações, dentro da concepção conservadora. Diga-se de passagem, se gerou violência e agitações não foi por parte dos movimentos populares, para isso basta se voltar para as declarações da FARSUL. Além disso, fica evidente que para Meneghetti a Reforma Agrária não poderia violar o direito da propriedade.

Na seqüência, Meneghetti afirma que o Brasil chegou tardiamente em mundo industrializado<sup>44</sup>, enquanto “a Inglaterra enfrentou o problema da Reforma Agrária por volta do ano de 1.600 [...] nós só hoje colocamos êsse problema na ordem do dia e sabe Deus com quantas dificuldades e incompreensões!”. Nesse ponto, chegamos à questão fundamental da análise, dentro da concepção do governo Meneghetti a Industrialização é o caminho da solução dos problemas sociais. A Reforma Agrária não tem sentido se não houver a industrialização do país. Por isso, ele coloca que o seu governo se voltará para três pilares, que visam esse objetivo, que seriam a Energia, o Transporte e a Comunicação:

<sup>43</sup> ÚLTIMA HORA, Ano V, n.º 1242, 13/03/1963, p. 02

<sup>44</sup> A questão da industrialização é outra *regularidade* do discurso de Meneghetti, a qual mais adiante será tratada. Na verdade, pode-se conceber como um *deslocamento* no discurso, já anunciando um dos pontos a ser abordado a seguir.

Se um Governo puder realizar tais objetivos, a par dos trabalhos comuns à administração, terá assegurado, para o futuro próximo, os *elementos indispensáveis para que se industrialize efetivamente o nosso Estado. A própria Reforma Agrária não terá sentido econômico se não tivermos bases para industrializar a produção da terra.* (MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 10) [grifos meu]

Ou seja, a Reforma Agrária no discurso de Ildo Meneghetti seria um ponto de *interdição* em sentido inverso<sup>45</sup>, na concepção Foucaultiana do termo, ela partiria da *exterioridade* do discurso, fruto de elementos externos ao seu discurso. Decorrência da pressão de diferentes setores, mas não é o seu principal objetivo, por mais que ele declare isso em diferentes discursos e em múltiplas promessas ao receber representantes do MASTER. Talvez um dos casos mais marcantes, desencadeador inclusive de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, foi o acampamento de Passo Feio. Meneghetti teria prometido terras aos acampados e que enviaria o Cel. Gonçalino Cúrio ao acampamento para levar viveres e mantimentos. Este foi ao acampamento, junto com o Chefe de Polícia do Estado Armando Prates, não para cumprir a promessa, mas para montar um aparatoso cerco policial, bloqueando a entrada de sindicalistas, de políticos, de funcionários da SUPRA, da Imprensa, não permitindo a entrada de qualquer tipo de viveres ao acampamento. Depois de alguns dias de acampamento, Armando Prates manda queimar as cabanas do acampamento, a fim de dissolvê-lo<sup>46</sup>. Além disso, ao citar o exemplo da Inglaterra e mencionar que a Reforma Agrária não tem sentido sem a industrialização, a reforma ganha um sentido secundário: primeiro deve se mecanizar o campo e aumentar a produtividade, sem isso ela não tem sentido.

É importante dizer aqui, que a *Última Hora* é um desses elementos externos que agem no discurso do governo Meneghetti, dessa forma, ao trazer as notícias, quase sempre em tom de denúncia do abuso de força contra os sem terra, dos diferentes acampamentos que se formaram no período analisado; ao reforçar cada promessa não cumprida do governador; e, acima de tudo, militando pela Reforma Agrária, não deixa de ser expressão dos diferentes setores sociais mobilizados em torno dela; ela está demonstrando a conjuntura que força Meneghetti a se pronunciar por uma Reforma Agrária. Também é importante destacar que, mesmo demonstrando apoio a política de Jango, ela não deixa de pressionar a SUPRA por

---

<sup>45</sup> Interdição, na concepção de Foucault, seria aquilo que não pode ser dito em determinada circunstância. Aqui trabalho com o termo em sentido inverso, ou seja, aquilo que não pode deixar de ser dito por decorrência do contexto histórico e político, das condições de produção do discurso. (FOUCAULT, 1996: 10)

<sup>46</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano III, n.º 907, 05/02/1963; p.02; n.º 910, 09/02/63, p.02; n.º 916, 15/02/1963, p.05; n.º 919, 19/02/1963, p. 12 e 13.

medidas mais firmes<sup>47</sup>, isso fica evidente em duas reportagens. A primeira com a seguinte manchete: “Calixto Decepcionado: SUPRA Não Foi a Nonoai”, na qual o prefeito de Nonoai, Jair Calixto (PTB), reclama que a Superintendência não estaria dando o devido suporte aos acampados em Nonoai, “enquanto os ‘sem terra’ estão sendo espancados diariamente pela polícia de Meneghetti”<sup>48</sup>. A segunda, reforçando a sua imagem como porta-voz dos trabalhadores: “SINDICATOS CONTRA INÉRCIA DA SUPRA”. Nessa reportagem, o Conselho Sindical Estadual dos Trabalhadores Gaúchos, o Comando Sindical de Porto Alegre e o MASTER estavam enviando telegrama a João Pinheiro Netto, presidente da SUPRA e ex-redator da *Última Hora* porto-alegrense<sup>49</sup>, reclamando da falta de providências em relação aos acampados de Torres, Osório e Nonoai<sup>50</sup>.

Aliás, enquanto Meneghetti fala em harmonia, em busca de soluções pacíficas, conforme Córdula Eckert, no seu governo:

A repressão foi uma constante: agricultores ameaçados, espancados, presos; ranchos queimados, ferramentas apreendidas e, inclusive, assassinato de agricultores ocorreu. Invariavelmente, a posição do Governador era de desconhecimento de tais fatos, alegando que não havia dado ordens para tais atitudes. E, também, invariavelmente, prometia averiguar os acontecimentos e punir os culpados. (ECKERT, 1984: 294-295)

Para Eckert, o fato do governador “não assumir a responsabilidade da repressão, pelo contrário, oficialmente a repudiava e, inclusive, a condenava”, gerou dificuldades aos movimentos sociais, especialmente o MASTER, de combater os atos repressivos e a impunidade só os fomentou. Segundo a autora, na maioria das vezes que a “violência foi a tônica” apareciam as figuras do coronel Gonçalves Cúrio, da Brigada Militar, e o Chefe de Polícia do Estado, Armando Prates. Em março de 1964, a *Última Hora* argumenta que

As contradições verificadas entre a palavra do governador e os atos de sua Polícia levam a um dilema: ou o sr. Ildo Meneghetti mistifica, ou o sr. Prates Dias está agindo em faixa própria, por cima da política agrária do Piratini. (*ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 1237, 07/03/1964, p. 02)

<sup>47</sup> Córdula Eckert assinala que isso seria um reflexo do que vinha ocorrendo com o próprio presidente: “Na verdade, criticada por todos e sem o apoio incondicional de qualquer entidade, a situação da SUPRA, de certo modo, refletia a situação enfrentada pela Presidência da República; pois, segundo demonstram vários autores a atuação de João Goulart era ambígua, aproximando-se de diferentes setores sociais conforme a evolução de seu mandato.” (ECKERT, 1984: 214)

<sup>48</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1086, 05/09/1963, p. 09.

<sup>49</sup> O que não deixa de demonstrar relações com o governo federal, mas sem abandonar a imagem de representante dos trabalhadores.

<sup>50</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1107, 01/10/1963, p. 05.

Córdula Eckert adere à segunda hipótese levantada pelo jornal, argumentando que, seria mais fácil governar mantendo “uma imagem liberal democrática” e que seu objetivo de dissolver os acampamentos era cumprido sem desgastar a sua imagem (ECKERT, 1984: 296). O que já nos permite fazer uma primeira conclusão, essa *regularidade* (harmonia, busca de soluções pacífica) no discurso de Meneghetti não só busca se contrapor ao governo da União e Brizola, sabido do envolvimento deste com o MASTER, acusados de promoverem agitações, mas também isentar-se de responsabilidade diante das inúmeras violências que os sem terras vinham sendo vítimas.

Voltemos ao discurso, antes dessa última passagem, Meneghetti menciona o problema do êxodo rural, sem nomeá-lo dessa maneira, o que ele chama de “despovoamento do interior” que, nas palavras do governador, geram nas grandes cidades “uma densidade populacional que torna a vida quase insustentável”<sup>51</sup>. Vamos destacar que no período, assim como já foi mencionado na introdução desse trabalho, a agro-pecuária é ponta de lança da economia gaúcha, logo, o “despovoamento do interior” é sim um êxodo rural<sup>52</sup>. Para solucionar esse problema migratório:

Ora, se não industrializarmos a matéria prima no interior, se não abriremos fábricas no interior, se continuarmos com essa economia quase doméstica, que não possibilita o aproveitamento da mão de obra, o fenômeno migratório deverá acentuar-se cada vez mais, até gerar-se uma situação verdadeiramente insustentável.

O caminho é estimular o desenvolvimento industrial. *Êste caminho consulta, de um lado, os interesses das massas trabalhadoras e agrícolas e, de outro lado, está em consonância com o processo natural do desenvolvimento histórico. (MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 09)*

Evidenciasse um claro *deslocamento* de sentido da industrialização. Enquanto os diferentes setores da sociedade, principalmente o campesinato gaúcho via MASTER, lutava pela Reforma Agrária para manter o seu modo de vida, o que conteria também o “despovoamento do interior” mencionado por Meneghetti, ele atribui à industrialização como solução para os problemas dessa camada social e interesse das “massas trabalhadoras e agrícolas”. Dessa forma, a industrialização ganha um sentido de solução dos problemas sociais do campo, deslocando-se o real sentido desse processo e, conseqüentemente esvaziando o significado de uma política de Reforma Agrária, assim como o evita, fugindo da

<sup>51</sup> MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 09.

<sup>52</sup> No próprio relatório, na parte que segue após o discurso do governador, a *Análise Econômica do Estado* menciona que na agropecuária residem “50% de sua população ocupada”.



principal discussão política daquele momento<sup>53</sup>. Na sequência do relatório, no capítulo *O PAPEL ESTRATÉGICO DO SETOR PÚBLICO*<sup>54</sup>, a postura de governo fica mais evidenciada. Ao retomar a questão do desemprego, afirma-se que dos cinquenta mil desempregados, o setor primário não teria capacidade de absorver um “volume superior” a quinze mil, em consequência disso deveriam ser absorvidos por “atividades com – ritmo maior de expansão, como a indústria, o comércio e o transporte”<sup>55</sup>. Até aqui nada que já não foi mencionado, mas observemos o que vem a seguir nessa argumentação:

*A grande concentração da renda em pequenos estratos sociais (o Brasil apresenta altíssimo coeficiente de concentração), (...) Como a produtividade geral da economia é muito pequena, de nada adiantaria uma redistribuição da renda às camadas de baixos ingressos. (MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964: 19) [grifos meu]*

Mesmo não se referindo diretamente a Reforma Agrária, fica evidenciado que não há interesse em políticas de justiça social, assim como se pode depreender o real sentido da industrialização e a identificação de para quem o governo está a serviço, qual classe está representando. Em outro documento, *PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66*<sup>56</sup>, fica mais evidente o descaso por políticas de correção social, assim como quem ele representa, nos seguintes trechos:

*As funções tradicionais do Estado cederam lugar às relacionadas com a dinâmica social. O setor público tem que ser, por excelência, uma agência de desenvolvimento, criando estímulos, canalizando recursos, empreendendo e ajudando a empreender. Não pode continuar comportando-se como instituição assistencial, procurando resolver, isoladamente, os problemas que são da sociedade em seu conjunto. Querer absorver os efeitos de tôdas as distorções sociais é, no fundo, furtar-se de atuar sôbre as causas primárias e perder de vista qualquer atuação fecunda de correção. As necessidades de emprêgo, de melhor bem-estar, de educação, saúde, e tudo o mais que proporciona ao homem uma base mais sólida para a realização de seus valores morais só podem ser satisfeitas nos quadros de uma sociedade em desenvolvimento. Qualquer tentativa em contrário está fada ao fracasso e, mais, ao desencanto.*

*(...) É óbvio que para se passar de um Estado assistencial para um Estado promocial torna-se impostergável grandes adaptações, que começam nos esquemas mentais dos administradores e terminam por uma utilização inteiramente diversa dos fatores humanos, materiais e financeiros do setor público. (PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66, 1963: 16) [grifos meu]*

<sup>53</sup> Relembrando que a entrega do relatório se dá no dia 15 de março de 1963, dois dias após a assinatura do já referido decreto da SUPRA no comício no Estado da Guanabara.

<sup>54</sup> *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 18-22.

<sup>55</sup> *MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 19.

<sup>56</sup> Esse documento será referido como Plano Trienal daqui por diante.

Seguindo uma argumentação que o Estado deve privilegiar o acúmulo de capital e para isso se efetivar, apresenta a solução:

Para acelerar o ritmo de acumulação de capital o Estado lançará mão de vários mecanismos e de sua capacidade de prestação de serviços técnicos. *A primeira medida é identificar os recursos disponíveis e fora do setor público, para transferir à atividade privada em forma de investimentos.* (PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66, 1963: 22-23) [grifos meu]

Nessas passagens, é imperioso destacar, novamente o *jogo do negativo*, enquanto a União estava comportando-se como uma “instituição assistencial”, o governo do Estado estava a serviço do progresso, do desenvolvimento econômico – um “Estado Promocional”. Esse desenvolvimento por si só resolveria os problemas da sociedade, de acordo com a argumentação nos excertos acima, pois é o caráter de sub-desenvolvido do país que gera essas distorções. Finalizando, para isso ocorrer é necessário canalizar os recursos disponíveis “à atividade privada em forma de investimentos”, dentro de uma perspectiva clássica do liberalismo econômico, pois não seriam “as camadas de baixos ingressos” que corrigiriam as distorções sociais. Ou seja, um Estado voltado para o empresariado e ao grande proprietário de terras, esse último aparece neste excerto:

A transformação de uma economia natural, de autossustentação e fechada, para uma de natureza *mercantil* e com maior especialização do trabalho, aumentando sua produtividade por unidade de tempo, só é possível através de suas vinculações com outros mercados, mediante um *fluxo crescente de exportações*. E não tem sido outro o caminho que historicamente tem tocado as regiões subdesenvolvidas, despertá-las, sempre, mediante linhas de produção voltadas para fora. (PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66, 1963: 09-10)

Conforme destaca Eduardo Ernesto Filippi, a estrutura agrária brasileira segue um modelo dual: o “grande estabelecimento agrícola capitalista” e a “lógica da agricultura familiar, que busca a reprodução social”, esta voltada para o mercado interno de alimentos e aquela direcionada ao “fluxo intermitente de exportações”, o que coloca o Brasil como “dependente há mais de quatro séculos” ao mercado externo (FILIPPI, 2005: 08-09). Portanto, considerando-se a estrutura agrária brasileira e o último excerto, percebe-se que esse direcionamento da política do governo Meneghetti, buscava privilegiar o grande proprietário.

Enfim, constata-se pelo discurso do governo, a partir das últimas cinco transcrições, a representação das classes hegemônicas, evidenciando-se um *discurso hegemônico* por uma *série de equivalências*: classe produtora não simplesmente como promotora do

desenvolvimento econômico, mas de reversão dos problemas sociais, uma vez que se atingindo um quadro de desenvolvimento os antagonismos sociais por si só desapareceriam; o que seria um *deslocamento* de sentido a industrialização; as políticas de correção social equivalentes a assistencialistas, deslocam o sentido do desenvolvimento econômico que elas podem trazer e de promoção das classes baixas, assim, conseqüentemente esvaziando de significado políticas como as de Reforma Agrária. É interessante lembrar que, conforme já explicitado na introdução, Meneghetti estaria representando as forças conservadoras do Estado, o que se confirma em seu discurso. O próprio governador teve terras reivindicadas pelo MASTER, a Fazenda Itapuí, e observando a declaração de bens de quando foi eleito governador pela primeira vez, não deixa de ser interessante observar a ênfase dada à industrialização e o deslocamento de sentido dessa<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> “DECLARAÇÃO DE BENS DO GOVERNADOR ILDO MENEGHETTI” / “Fábrica de Celulose e Papel S/A”, Industrial e Comercial Brasileira S/A”, “Cia. de Indústrias Electro-Químicas”, “Enxofre Nacional Ltda.”, “Soc. Territorial Eletra Ltda.” / “IMÓVEIS” “1 prédio na Rua Ramiro Barcelos, 1.481, com 4 apartamentos. 1 têrço do prédio na Rua Marechal Floriano, 743. 1 terreno com duzentos palmos na Rua Anita Garibaldi. 1 terreno com duzentos palmos na Avenida Jacuí. 1 terreno com 40 metros de frente na Avenida Ipiranga. 1 área de terras no 2.º Distrito de Canoas, com 206 Has. 40% da Fazenda Itapuí, no 2.º Distrito de Canoas, com 662 Has. 1 prédio na Rua Padre Chagas, 66 (residência particular)”. *O CRUZEIRO*, 06 de novembro de 1954.

### 3. INDÍCIOS DO ESVAZIAMENTO DAS FUNÇÕES INICIAIS DO IGRA

#### 3.1 Decretos de Criação e as Funções do IGRA

O Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) foi criado durante a gestão Brizola – por meio do decreto n.º 12.812, de Novembro de 1961<sup>58</sup> – como um “órgão promocional e de planejamento” de políticas de Reforma Agrária. De acordo com esse decreto, os objetivos do IGRA seriam<sup>59</sup>: a) pesquisa e elaboração de projetos para “o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural”; b) “promover o acesso à terra e à propriedade” para os sem terra; c) organizar núcleos coloniais; d) propor medidas para coibir “os altos preços dos arrendamentos e da parceria agrícola; e) legalizar a posse da terra de pequenos agricultores; f) combater a exploração do trabalho no campo, estimular a produtividade e valorização do homem do campo; incentivar o cooperativismo; g) incentivar a criação de núcleos educacionais agrícolas; h) “fomentar a criação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas” na zona rural. Vinculada ao Instituto, foi criada a Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais (CRALE), esta seria composta por comissões regionais, ou seja, pequenos núcleos do IGRA composto por três funcionários espalhadas pelos diferentes municípios do Estado. As funções desta basicamente seriam o cadastramento de agricultores, de terras devolutas e propícias a desapropriação e incentivar a formação de associações de pequenos produtores e sem terra, estas seriam declaradas de utilidade pública. Em novo decreto, que estabelecia a estrutura administrativa do Instituto, determina-se que a presidência caberia ao Secretário da Agricultura e desvincula a Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura para transferi-la para o IGRA.<sup>60</sup> Um mês depois desse último decreto, justificando-se que o novo quadro de funcionários exigia uma estrutura administrativa de pessoal e planejamento das finanças e comunicação, este seria o último decreto em relação ao IGRA na gestão Brizola, no qual se cria uma espécie de Recursos Humanos, responsável pela administração e comunicação<sup>61</sup>. Esse primeiro sub-capítulo se faz necessário na medida em se partiu da hipótese do esvaziamento dos seus objetivos iniciais do

<sup>58</sup> *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 14 de Novembro de 1961. Ano XX, n.º 99, p. 01-02.

<sup>59</sup> Para facilitar as futuras referências de cada função que deveria ser desempenhada pelo IGRA, manter-se-á as letras correspondentes ao segundo artigo do Decreto.

<sup>60</sup> Decreto n.º 13.367, de 06 de abril de 1962. *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 02 de Abril de 1962. Ano XX, n.º 218 p. 01.

<sup>61</sup> Decreto n.º 13.568, de 22 de maio de 1962. *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 22 de maio de 1962. Ano XX, n.º 251 p. 01-02.

IGRA, ou seja, das funções para as quais ele foi criado, ao longo da gestão de Ildo Meneghetti. Conforme Aspácia Camargo, houve iniciativas com apelo reformista que criaram órgãos e comissões destinados à revisão agrária e/ou de “proteção as camadas rurais mais atingidas”, que depois de montados e em funcionamento se descaracterizaram em relação “aos propósitos e expectativas iniciais” (CAMARGO, 1981: 125-126).

### 3.2 Indícios e Acusações ao IGRA nas Páginas da *Última Hora*

Em março de 1963, a *Última Hora* publica a seguinte manchete “‘Degola’ Total no IGRA” que se refere à demissão de trinta, dos trinta e dois funcionários do Instituto, restando apenas um agrônomo e um motorista<sup>62</sup>. Segundo a reportagem, entre os demitidos constavam “agrônomos, economistas, burocratas, motoristas e serventes”. Isto teria acontecido um dia após a posse do coordenador-chefe Israel Farrapo Machado.<sup>63</sup> Levando-se em conta que os cargos eram comissionados, isso não seria algo fora do comum, considerando-se que demissões desse tipo ocorrem até hoje em troca de gestões.

Entretanto, é interessante observar que, um dia antes foi criada uma comissão especial para elaborar um projeto de Reforma Agrária, com a promessa de efetivá-la em noventa dias, vinculada a Secretaria da Agricultura<sup>64</sup>. Como vimos antes, essa seria uma das funções do Instituto, o que já pode ser um indício do esvaziamento de uma das suas funções, correspondente a letra “a” que aparece em seu decreto de criação. Cabe aqui destacar que, para composição dessa comissão, seguindo a lógica do seu discurso eleitoral, que foi analisado por Mercedes Cánepa<sup>65</sup>, Meneghetti convida um líder sindical para compor essa comissão, mas não um líder do movimento camponês que seria o principal interessado<sup>66</sup>. A justificativa para não chamar um dirigente sem terra pode estar em um dos seus discursos de campanha:

E será também através dela [Social Democracia] que incorporaremos o poder público *as massas trabalhadoras, das cidades e dos campos*. Há uma nova realidade no nosso País. Não podemos fechar os olhos à essa realidade. O proletariado industrial das cidades importantes como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Caxias, etc... deve ser chamado através de seus sindicatos, efetivamente, a participar do poder que a Social Democracia vai

<sup>62</sup> Conforme Córdula Eckert, entre esses demitidos estava Euzébio França, secretário-geral do MASTER, porém, este teria sido demitido no dia 11 de fevereiro, um pouco antes da referida notícia (ECKERT, 1984: 173). Essa demissão é importante sinalizar, pois já demonstra o rompimento das relações do MASTER com o governo.

<sup>63</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 928, 02/03/1963, p. 05.

<sup>64</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 927, 01/03/1964, p. 02.

<sup>65</sup> Ver nota 37, p. 24.

<sup>66</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 929, 04/03/1963, p. 15; n.º 930, 05/03/1963, p. 13.

instaurar em nosso Estado. *Quando falo em sindicato – atestem bem – refiro-me ao sindicato livre de injunções político-partidárias.* (Apud. *Correio do Povo*: 8/5/1962 p. 7, CANEPÁ, 2005: 309) [grifos meu]

Sabe-se, como já foi referido aqui nesta monografia, que o MASTER contava com o apoio direto de líderes petebistas, inclusive do ex-governador Brizola. É interessante, todavia, observar que a Frente Agrária Gaúcha (FAG), comandada pela Igreja Católica, também não é chamada para compor essa comissão. Mas de qualquer forma, retro-alimenta a sua auto-imagem como um social democrata, que estava buscando o diálogo entre as diferentes classes na perspectiva de encontrar soluções pacíficas e apaziguar os conflitos de classe. Em abril, Israel Machado declara a imprensa que, o IGRA não tinha planos para encaminhar sobre a questão da Reforma Agrária e que estaria esperando o resultado dessa comissão. Além disso, declara que estava à espera de recursos para reorganização e manutenção dos núcleos coloniais criados na gestão passada.<sup>67</sup> Dessas declarações, pode-se depreender que, além de não estar realizando os devidos planejamentos, também não estava prestando auxílio aos núcleos de colonização existentes, já decorridos três meses de governo. Ambas as funções apresentada, como se pode perceber, constavam no decreto de criação do IGRA, letras “a” e “c”<sup>68</sup>.

Ao longo do ano de 1963 e início de 1964, aparecem diversas notícias, nas páginas da *Última Hora*, acusando o IGRA de ter abandonado os núcleos. Isso ocorre nas trinta e três Colônias de São José do Ouro, conhecidas como Espigão, terras que teriam sido desapropriadas na gestão passada e que os agricultores estariam sendo despejados, somando-se acusação de anular a lista dos beneficiados com terras na região<sup>69</sup>. Depois de terem sido expulsos do Espigão, ocorre nova acusação de transferi-los para a gleba de Libório Pimentel, na qual já havia famílias que seriam locadas ali, desrespeitando outra lista de espera, sem oferecer condições básicas de se manterem no local<sup>70</sup>. No Banhado do Colégio, camponeses alegando que desde que assumiu a nova direção do IGRA as distribuições de terra não estavam sendo realizadas, assim como outras providências de auxílio<sup>71</sup>. Um mês após essas acusações, o IGRA inicia distribuição de títulos-provisórios, no qual se impõem algumas determinações:

A fim de salvaguardar a *coesão comunitária e a necessária harmonia e companheirismo que deverão informar as relações dos agricultores*, dentro

<sup>67</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 966, 17/04/1963, p. 05.

<sup>68</sup> Entendendo-se que a organização dos núcleos também deveria prever a sua manutenção.

<sup>69</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1050, 26/07/1963, p. 10.

<sup>70</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1055, 01/08/1963, p. 05; n.º 1060, 08/08/1963, p. 05.

<sup>71</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1113, 08/10/1963, p. 05.

do núcleo colonial é expressamente proibido: a) reuniões e comícios públicos de *caráter político-partidário*; b) *movimentos ou reuniões públicas de caráter reivindicatórios*, principalmente com a participação de elementos estranhos ao Núcleo' – E, a seguir, em outra cláusula, o IGRA sanciona qualquer falta regulamentar com a exclusão dos agricultores do núcleo colonial, por simples decisão do Presidente do IGRA!... (*ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1146. 19/11/1963, p. 06) [grifos meu]

É preciso fazer uma observação, estava próximo o aniversário da colônia e havia entre os agricultores forte identificação com Brizola, provavelmente, a nota que faz menção a comício de “caráter político-partidário” poderia estar prevendo o que se efetivou um mês depois. A festa foi um verdadeiro comício com a participação de funcionários da SUPRA e do ex-governador<sup>72</sup>. Além disso, cabe destacar que vinham ocorrendo ameaças de acampamentos na região, devido a não distribuição das terras, que em janeiro de 1964 ainda não havia acontecido, motivando um acampamento na região<sup>73</sup>. Antes desse acampamento de janeiro, houve agricultores da região que acusaram o IGRA de estar entregando glebas aos antigos proprietários:

BASEDA em levantamento realizado por conta própria, comissão de agricultores do Banhado do Colégio fez entrega, ontem, a UH, da lista de lotes que a atual administração do IGRA entregou aos fazendeiros da região, em prejuízo dos camponeses que pretendem terra para trabalhar. De acordo com os dados que compõem o levantamento a seguinte área desapropriada foi presenteada aos latifundiários, por ordem do IGRA: lotes 36 a 40 do núcleo 3 ao fazendeiro Ney Azambuja; lotes 21, 30 a 35 do mesmo núcleo, ao fazendeiro José Olavo Fay, lotes 28 a 31 do núcleo 4, ao fazendeiro Dorival Ribeiro.

#### PREJUÍZO

Paralelamente, o IGRA permitiu que fosse construído no Banhado do Colégio uma represa destinada a favorecer o fazendeiro José Cândido de Godoy Bezerra obra que prejudicará os lotes 14 a 18-A e 19 a 23-A e 24 do núcleo 2, causando danos, também aos lotes 78 a 82\_A e 83 a 87\_A do núcleo 1 a 7, ainda por autorização do IGRA, estão em poder dos irmãos Andreotti, também latifundiários. (*ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1179, 28/12/1963, p. 05)

Percebe-se outra acusação aqui, ao invés de realizar obras que beneficiassem os assentados, o IGRA estaria construindo uma represa “destinada a favorecer o fazendeiro José Cândido de Godoy Bezerra”. Dessa forma, prestando um serviço a um latifundiário, de acordo com a reportagem. Após todas essas ocorrências, Fernando Gonçalves, coordenador-chefe do IGRA naquele período, anuncia que iria denunciar a gestão passada por não ter procedido

<sup>72</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1161, 07/12/1963.

<sup>73</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1055, 01/08/1963, p. 05.

dentro da legalidade em relação às desapropriações do Banhado do Colégio, o que teria reduzido a área de dezenove mil para sete mil hectares<sup>74</sup>.

Para Córdula Eckert, toda a questão do Banhado do Colégio girava em torno do ex-governador Brizola, devido à ligação deste com os colonos da região e esse teria sido o motivo dos títulos provisórios. Segundo a autora, Brizola conseguia “arregimentar forças políticas até de fora do estado” em apoio aos agricultores o que teria motivado algumas tímidas intervenções da SUPRA na região, além dos agricultores solicitarem que a colônia fosse transferida para esfera de responsabilidade deste órgão federal. Além disso, Eckert sinaliza que, mesmo com o reconhecimento da legalidade da desapropriação não houve novas distribuições de terras. (ECKERT, 1984: 204-205) Marluza Harres, em sua tese de doutorado, aponta que havia problemas de demarcação dos lotes, o que abriu “margem para novos entendimentos com os proprietários, ocorrendo troca de áreas”. Conforme Harres, os agricultores já assentados ainda mantiveram-se na luta pela Reforma Agrária, principalmente, em torno dos que deveriam estar recebendo terras naquele núcleo. Por consequência disso, o IGRA, via funcionários da administração do Banhado, deflagrou perseguição aberta aos líderes da associação, vinculada ao MASTER. Ou seja, além de não estar realizando as distribuições dos lotes aos sem terra, muitos deles estavam voltando aos seus antigos proprietários. Já as associações que segundo o decreto da última gestão, apresentado no início desse capítulo, que eram consideradas de utilidade pública e deveria se estimular a sua organização, ao invés de receberem auxílio estavam sendo perseguidas pelo próprio IGRA desarticulando-as. Harres traz documentos da administração do Banhado, onde em nome do coordenador chefe do IGRA, o administrador solicitava a presença da polícia para averiguar os intrusos nos núcleos. Ocorrências como esta geravam um clima de tensão, somado as intimidações policiais, que segundo Harres, se tornaram uma constante inclusive com agressões físicas. Ainda de acordo com essa autora, a partir de novembro de 1963, o núcleo estava sob um regulamento coercitivo, que em diversos dos seus artigos abria a possibilidade de expulsão, promovendo uma instabilidade relacionada à permanência dos assentados. (HARRES, 2002a: 335-337, 339-340, 349-358)

Em Itapoã, núcleo formado na gestão Brizola, devido à desapropriação da Lagoa Negra, também estariam ocorrendo denúncias contra o IGRA. Segundo a reportagem de *Última Hora*, um agricultor vinha sendo ameaçado pelo administrador do núcleo e o IGRA teria solicitado o despejo desse agricultor da região. Essa notícia já foi mencionada antes

---

<sup>74</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1218, 14/02/1963, p. 04.



nesse trabalho, mas vale citar novamente. Este agricultor, Plínio Ribeiro Feijó era o presidente da Associação dos Agricultores Sem Terra ou com Pouca Terra de Itapoã. Logo, o que estava se efetivando era uma perseguição política, assim como ocorria com outros dirigentes do MASTER e considerando-se informações de Marluza Harres sobre o Banhado do Colégio é bem possível que este núcleo também tenha sofrido com medidas normativas de coerção e de instabilidade de permanência no núcleo. Além disso, conforme a reportagem faz menção e Córdula Eckert já havia destacado em seu trabalho, o administrador da fazenda vinha coibindo as reuniões da associação, em sintonia com o que aconteceu no Banhado do Colégio diretamente via IGRA.<sup>75</sup> Nos dois núcleos pode-se perceber que o IGRA teria abandonado as associações, que de utilidade pública transformam-se em caso de polícia. Conforme destaca Eckert, o MASTER era visto “como um movimento criado por comunistas e utilizado para a promoção pessoal, obviamente, do governador Brizola”. (ECKERT, 1984: 199, 261) É interessante observar que, Eliseu Tôrres anuncia que processaria o cel. Gonçalves Cúrio, caso este não se retratasse da alegação de que a SUPRA e o MASTER eram órgãos comunistas que não mereciam confiança<sup>76</sup>. Diante dessas ocorrências e da radicalização política promovida pelo Estado contra o MASTER, pode-se inferir que essa postura é um dos indicadores do golpe que estava por vir. Pois fragilizar o MASTER, podia significar atacar uma das bases de apoio trabalhista no Estado, por isso a desarticulação das diferentes associações de agricultores sem terra, que eram ligadas ao MASTER, indo em postura contrária ao que previa o primeiro decreto referente ao IGRA citado no sub-capítulo anterior.

No acampamento de Guaíba, em dezembro de 1963, os sem terra acusam o IGRA de ter provocado o seu despejo ao entregar lista nominal de todos os acampados aos fazendeiros<sup>77</sup>. Verdade ou não, se o IGRA fez o levantamento dos sem terras, levando-se em consideração que nenhuma terra foi desapropriada em Guaíba, o que pode ser um indício de que se houve a lista, esta apenas serviu para o processo de despejo. Em uma situação totalmente diferente, agricultores de Canoas que teriam sido contemplados por um testamento da Fazenda Dom Feliciano, em Encruzilhada do Sul, o IGRA declara que não permitiria o acesso destes as terras, porque outros herdeiros estariam reivindicando as terras<sup>78</sup>. Apesar das diferenças entre uma ocorrência e outra, ambas demonstram o IGRA dificultando o acesso à terra, diferente do que previa a letra “b” do decreto de criação. Até este momento do capítulo,

---

<sup>75</sup> Eckert ainda faz menção a alterações de listas de espera nos núcleos de Sarandi e Reserva do Barracão, somando-se a Libório Pimentel e o Banhado do Colégio. (ECKERT, 1984: 299)

<sup>76</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1079, 29/08/1963.

<sup>77</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano IV, n.º 1176, 24/12/1963, p. 05.

<sup>78</sup> *ÚLTIMA HORA*, Ano V, n.º 1227, 25/03/1964, p. 17.

foram levantadas as acusações que o órgão responsável pelas políticas de reforma agrária teria sofrido ao longo de 1963 e início de 1964 nas páginas da *Última Hora*, que nos trazem alguns indícios da descaracterização do órgão, em pelos menos quatro das suas funções iniciais: não estaria realizando planejamentos e estudos sobre a questão da reforma agrária, já que isto foi incumbido a uma comissão especial; há acusações de abandono de núcleos, não prestando a devida assistência; estava dificultando o acesso à terra de sem terra; estava promovendo a desarticulação das associações de sem terra ao invés de estimular a sua organização, conforme era previsto pelo decreto 12.812 de criação do IGRA.

### 3.3 Indícios da Descaracterização do IGRA nos Documentos Oficiais

A partir daqui iniciaremos a análise dos documentos oficiais. O primeiro que será abordado é o Plano Trienal – que já serviu como suporte para se compreender o discurso do governo no Relatório de 1963 – ele não fala em Reforma Agrária, o que é um forte indicativo do descaso do governo em relação a ela. Mas é interessante observar que não deixa de reconhecer o problema da concentração da terra, ao falar da pecuária, que segundo o documento, apresenta uma baixa produtividade e “atrasados padrões de exploração econômica”, isso não impede que o pecuarista usufrua de uma “alta renda absoluta”.

Nada subiu mais no país, nos últimos dez anos, que os produtos alimentícios de origem animal [Conjuntura Econômica – Fundação Getúlio Vargas – julho 1963, p. 103]. Ora, isso só pode permanecer em condições não competitivas, com a presença de oligopólios na composição da oferta, que *por sua vez decorre da grande concentração da terra em poucas mãos*. Esse segundo fato – 1% dos proprietários detêm 40% da terra ocupada [Instituto de Estudos e Pesquisas Agronômicas da URGs – Boletim de abril-set. de 1959] – *que introduz grande rigidez à solução do problema, sugere um novo esquema de estímulo ao setor, para que se adate [sic] às condições reclamadas pelas necessidades atuais. (PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66, 1963: 05)*

Ou seja, aparece a questão da concentração da terra, mas não se fala em redistribuição ou correção, e sim em “novos estímulos ao setor” que visaria uma mecanização do campo, que permitisse o aumento da produtividade. Como já ficou expresso no capítulo anterior, a partir do cruzamento e análise dos discursos, a Reforma Agrária não teria sentido sem ocorrer a industrialização no Estado. O que cabe observar agora é que o IGRA aparece no documento uma única vez em uma tabela com o seguinte título “DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS REAIS POR REGIÃO FISIAGRÁFICA NO TRIÊNIO 1964/66”. Nesta aparecem os valores a serem destinados em uma divisão que corresponde: “Litoral”,

“Depressão Central”, “Missões”, “Campanha”, “Serra do Sudeste”, “Encosta do Sudeste”, “Alto Uruguai”, “Campos de Cima da Serra”, “Planalto Médio”, “Encosta Inferior do Nordeste”, “Encosta Superior do Nordeste” e, a última coluna, “Não Especificado”. Abaixo de cada uma dessas colunas estão os valores de acordo com cada região, na parte do IGRA, a única lacuna que tem alguma informação é na última coluna<sup>79</sup>. Enquanto as outras secretarias e sub-divisões dessa tabela, em sua maioria, apresentam toda uma distribuição de investimentos por região, o IGRA está justamente na coluna do “Não Especificado”. Levando-se em consideração o segundo capítulo e a parte anterior do presente capítulo, isso pode ser mais um indício da falta de planejamento do Instituto, por decorrência do esvaziamento de suas funções para as quais o órgão foi criado. Como vimos antes, havia uma comissão especial nomeada pelo governador para elaborar um projeto de Reforma Agrária, esta não é mencionada em nenhum dos documentos – isto pode ser um indicativo de que os resultados dessa comissão não foram levados em conta.

Antes de proceder à análise de alguns elementos do Relatório de 1963 na parte do IGRA, faz-se necessário considerar as medidas do governo Meneghetti que Córdula Eckert aponta em seu trabalho, baseada nos Relatórios de 1963 e 1964, para depois analisar os elementos que esta autora não aborda e que demonstram o esvaziamento das funções iniciais do IGRA.

As medidas tomadas pelo governo Meneghetti, conforme assinala Eckert, são fruto das pressões dos movimentos populares, sobretudo do MASTER – objeto de seu estudo. De acordo com essa autora, baseada no Relatório de 1963, o IGRA teria mantido a assistência aos Toldos Indígenas e dos núcleos Coloniais de Itapoã, Ibirapuitã, Fazenda Sarandi e Banhado do Colégio. No Toldo Nonoai e em Serrinha, havia “intrusos” nos acampamentos e esse “conflito” não estava resolvido; o núcleo de Ibirapuitã, o IGRA estava em processo preliminar de instalação do núcleo, que seria a construção de uma barragem no rio Ibirapuitã, após seriam distribuídos os 1.500 hectares a 30 sem terra da Associação de Sem Terra de Alegrete<sup>80</sup>; Núcleo Colonial de Itapoã, safra 63/64 distribuídos novos lotes, cinco quadras, 34 agricultores, “houve a desistência de alguns e a exclusão de dois agricultores”; Fazenda Sarandi, foi distribuído lotes para 36 famílias da 4ª Secção Planalto, em Nonoai, “o que confirma a denúncia [...] de que as famílias já selecionadas originalmente para a Fazenda Sarandi foram preteridas em favor de Planalto que estavam reivindicando terras do Toldo de

<sup>79</sup> O valor seria Cr\$ 2.703.432. (*PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66*, 1963: 54)

<sup>80</sup> Este núcleo, segundo o relatório estaria em processo de estudos, porém, ele não aparece no ano seguinte, do que se conclui que não foi dado andamento ao projeto.

Nonoai e da Reserva Florestal”, além disso, 88 famílias da Fazenda Sarandi e 34 de Ronda Alta aguardavam a distribuição de lotes e estariam recebendo assistência do Estado (ECKERT, 1984: 205-207); no Banhado do Colégio não há menção de distribuição de novos lotes, apenas

(...) depósito judicial no valor de Cr\$ 4.088.000,00, com recursos orçamentários da Diretoria de Terras e Colonização, para fins de imissão imediata de posse da área de 511 hectares, situada no Banhado do Colégio e declarada de utilidade pública pelo Decreto 14.367 de 22/11/62. (ECKERT, 1984: 205-207)

Além dessas informações foram efetivadas cinco desapropriações de terras no município de Giruá, Banhado do Taim, Sarandi (Ronda Alta), Torres e Osório, em um total de 20.927,66 hectares (ECKERT, 1984: 207-208). Quando a autora passa ao Relatório de 1964:

Já a mensagem dirigida à Assembléia Legislativa em 1964 não traz referência alguma quanto à distribuição de novos lotes ou quanto à efetivação das desapropriações acima mencionadas. A mensagem de 1964 refere apenas que ‘foi concluído amigavelmente o processo desapropriatório da Faz. Sarandi, tendo o Estado dispensado ali a soma de Cr\$ 1.298.323.239,00 para uma área desapropriada de 21.889 hectares e 1.568 metro quadrados, e que dessa área, 1.775 hectares seria reservados para barragem da Usina Hidrelétrica de Passo Fundo; 3.000 hectares para reserva florestal, centro de treinamento, posto experimental e administração, restando, portanto, 17.000 hectares para colonização, visando ali localizar 387 famílias, assim distribuídos: 349 lotes coloniais, perfazendo 7.450 hectares e 38 lotes mecanizáveis, perfazendo 955 hectares. (ECKERT, 1984: 208)

Para Córdula Eckert, esses resultados de 1964 demonstram “que a questão da reforma agrária deixara de ser uma questão importante para o Governo Meneghetti”, por decorrência do golpe que teria anulado os agentes de pressão pela Reforma Agrária (ECKERT, 1984: 205-209). De acordo com a análise de discurso do governo, do capítulo dois, percebe-se que na realidade a Reforma Agrária parece ser uma preocupação secundária, já que os problemas sociais desapareceriam com o processo de industrialização e desenvolvimento econômico. Enfim, estes são os apontamentos de Eckert, passa-se agora a observar outros elementos dos relatórios que trazem indícios do esvaziamento do IGRA, assim complementando na medida do possível o trabalho dessa autora.

A primeira coisa que chama a atenção, no Relatório de 1963, é o destaque dado ao transporte, no qual o IGRA esteve dedicado. Se observarmos as funções do Instituto em seu decreto de fundação, não encontramos nenhuma menção a transporte. É interessante que, o mesmo documento algumas páginas antes explicita que

Caberá ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem a execução da política rodoviária do Estado. Assim, ficará afeto ao D.A.E.R. o planejamento de nosso sistema de transporte rodoviário, o estudo das obras recomendadas, a execução das mesmas e a conservação da rede existente. (*MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 36)

Logo, conclui-se que o IGRA estava realizando tarefas competentes a outro órgão do Estado, em um claro desvio de função. Como justificativa, argumenta-se simplesmente que

[Por] força de suas atribuições, também teve atuação no setor de transportes. Foram realizados projetos de pontilhões a serem construídos em caminhos vicinais do Estado. Construíram-se 17,4 Km de estradas vicinais, que passaram a servir os núcleos coloniais instalados. (*MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964: 85)

Em primeiro lugar, essa não é uma função do Instituto, uma vez que, como vimos, essa era a função de outro órgão do Estado. Em segundo lugar, em nenhum momento do documento, no que diz respeito à parte do DAER, faz-se distinção entre áreas de sua responsabilidade e de outro setor. O que parece nessa passagem do IGRA é que havia uma distinção entre as estradas que ligam os núcleos e as demais rodovias do Estado, o que não é realidade. Em terceiro lugar, se as estradas beneficiavam os núcleos, também beneficiavam os latifúndios e demais fazendas em torno dos núcleos, o que torna questionável a quem realmente se destinava essa política de transportes do IGRA.

De acordo com informações extraídas de Eckert, chegamos ao número de oito núcleos criados na gestão Brizola e que permaneceram na gestão Meneghetti: Fazenda Sarandi (Sarandi), Banhado do Colégio (Camaquã), Itapoã (Viamão), Libório Pimentel (São José do Ouro)<sup>81</sup>; Taquari; Seção Tupi e Seção Guarani (ambas em São Valentim); Seção João Caruso (Reserva Florestal de Nonoai) (ECKERT, 1984: 137-140). As desapropriações realizadas no governo Meneghetti não há registro de distribuição, como já foi mencionado antes, porém serão consideradas nesse momento, pois poderiam justificar alguma das obras. Comparando essas localidades, com as que aparecem entre as beneficiadas com estradas e pontes pelo IGRA, conforme Anexo I<sup>82</sup>, é notório que, estas não foram abertas para beneficiar os núcleos, ou pelo menos não só eles. Das vinte e cinco obras listadas, apenas sete seriam justificáveis

<sup>81</sup> Este núcleo não aparece em nenhum dos documentos, o que pode ser um indício de abandono, assim como foi mencionado no sub-capítulo anterior, bem como o núcleo de Taquari também não há referência na documentação.

<sup>82</sup> Conforme pode se perceber no anexo, as obras são divididas em três categorias “A – INÍCIO DE OBRA”, “B – PROSSEGUIMENTO DE OBRAS” e “C – CONCLUSÃO DE OBRAS”, abaixo de cada tópico é feita uma descrição sintética da obra com uma numeração. Quando as obras forem mencionadas aqui, será mencionada a letra a qual categoria ela se refere e o seu número, conforme aparece no anexo. Ver Anexo I, p. 55.

como beneficiamento aos núcleos, por se situarem ou passarem pelas cidades onde se encontravam. Sendo que, destas justificáveis de sete obras apenas duas são diretamente nos núcleos, o caso da “B-3”, no Banhado do Colégio, e da “C-4”, corresponde ao acesso do Toldo Nonoai. Quatro obras seriam justificáveis, caso se confirmassem os projetos de colonização, são elas: “B-1” e “C-17”, correspondente a alargamento e conservação de estrada que ligaria São Francisco de Paula a Osório, levando-se em consideração que não há menção no relatório de 1964 sobre a efetivação da desapropriação e distribuição de terras em Osório; “C-11” e “C-12” corresponderia a variação e reconstrução da estrada Ibirapuitã, conforme vimos antes, havia projeto de se formar um núcleo em Ibirapuitã, porém este também não é mencionado no relatório de 1964, o que nos leva a crer que o projeto não se efetivou. Ou seja, essas quatro obras seriam justificáveis os cuidados do IGRA se os projetos fossem efetivados, porém estes não se confirmam nos relatórios de 1964. As demais treze obras não apresentam ligação nem indireta com os núcleos: “A-2” a “A-5”, “C-2”, “C-3” e “C-5” a “C-9” todas essas são obras restritas a um único município e nenhum deles possui núcleo de colonização; “C-1”, “C-10” e “C-14” se referem a obras de estradas que ligam cidades que também não possuem núcleos de colonização. Logo, pode se inferir que a maioria dessas obras não estava beneficiando os núcleos de colonização, o que tornaria injustificável os cuidados do IGRA a tais obras, constituindo-se, dessa forma, mais um indício da descaracterização do órgão. Em primeiro lugar, como já foi dito o transporte não seria atribuição desse órgão, exceto se as obras fossem dentro dos núcleos o que justificaria tal empenho, entretanto, como acabamos de constatar não era isso que estava ocorrendo.

Outra passagem curiosa no documento é a “Seção de Geografia”, esta não faz menção a nenhum estudo que vise políticas de reforma agrária, apenas a confecção de mapas, sendo um deles em parceria com IBGE. Não se explica no documento essa Seção estar situada entre a parte que cabe ao IGRA, exceto dois trabalhos destinados a Fazenda Sarandi em um total de duzentos e noventa e três serviços prestados, sendo que os demais não são definidos a qual localidade correspondem. Não é possível entender porque esta seção aparece no meio da parte que caberia ao IGRA, já que no relatório de 1964 ela não é contemplada. Apenas pode se observar que os trabalhos realizados por esta seção – com exceção dos trabalhos realizados para a Fazenda Sarandi, que não são especificados exatamente o que seriam –, não tem relação com o Instituto. Restando a dúvida se os seus gastos estariam ligados às finanças do IGRA, o que justificaria a sua presença nesta parte do relatório. Enfim, nesse relatório, como se percebe, até mesmo pelos apontamentos de Córdula Eckert, o IGRA ainda manteve as suas

atribuições referentes aos núcleos, pelo menos em parte, levando-se em consideração as denúncias ao órgão e que nem todos os núcleos aparecem no documento.

O Relatório de 1964<sup>83</sup> a Reforma Agrária ainda aparece entre as prioridades do governo. Nessa primeira parte do relatório é interessante observar a seguinte passagem:

A dimensão individual do problema de regularização de terras ocupadas reside na *ordem minifundiária*. Portanto, para que esta regularização da propriedade se constitua numa correção da estrutura agrária, urge que se propicie, ao mesmo tempo, uma aglutinação das mesmas. E isto só será viável se marchar paralelamente com um programa de recolonização dos excedentes, através de projetos de colonização ou *encaminhamentos para outras atividades*. (*MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964*, 1965: vol. I, 44)

Nessa passagem se abre a possibilidade de encaminhamento para outras atividades, dessa forma evidenciando limites a Reforma Agrária, mesmo ela aparecendo entre as prioridades, percebe-se a abertura para outras alternativas. Levando-se em consideração o discurso do governo, pode-se inferir que já estava se prevendo o encaminhamento do excedente de mão-de-obra para o processo de industrialização, isto em nível de discurso. Segundo este documento, “Correção da Estrutura Agrária” deve se voltar para “regularização de terras ocupadas”, sem especificar a origem dessa ocupação, e o “desenvolvimento de projetos de colonização e recolonização”<sup>84</sup>. Estes projetos de colonização, de acordo com o Relatório de 1964, “estão dirigidos, preferencialmente, às terras recuperadas ou fundamentalmente beneficiadas por obras públicas de grande vulto”<sup>85</sup>. Ou seja, políticas de Reforma Agrária estariam limitadas a terras públicas, mesmo o documento fazendo menção à desapropriação, esta pelo que se depreende do documento só se efetivariam se fosse constada a necessidade de obras que visem o melhoramento do Estado.

No Relatório de 1964, aparece mais clara a justificativa da ênfase dada ao transporte. Segundo o documento, as colônias criadas não foram contempladas com programas de transporte, ao que o IGRA anuncia um “programa de estradas coloniais” que visa suprir essa carência:

---

<sup>83</sup> É importante destacar que mesmo após o golpe a questão da Reforma Agrária aparece como uma das prioridades no “PROGRAMA DE AÇÃO BIENAL – 1965/1966”. (*MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964*, 1965: vol. I, 10-11, 43-51) Esta em sintonia com a União, buscando-se os preceitos do Estatuto da Terra que seria a referência para implementação da Reforma Agrária. Isso caberia uma nova discussão que nesse momento não é possível, apenas faz-se importante destacar que, a Reforma Agrária foi tão presente na discussão política do período que não poderia de um ano para outro desaparecer do discurso de um governo. Mesmo sendo ela um dos motivos que leva a derrocada de João Goulart.

<sup>84</sup> *MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964*, 1965: vol. I, 44.

<sup>85</sup> *MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964*, 1965: vol. I, 49.

As metas visadas se consubstanciam na construção, num prazo de 2 anos, de 1.473 km de estradas que beneficiarão a 13.445 propriedades coloniais, dentro do seguinte esquema:

No Alto Uruguai 994 km

Nas Missões (Fazenda Florida) 20 km

Nos Campos de Cima da Serra 119 km

Na Encosta Superior do Nordeste 69 km

No Planalto Médio 84 km

Na Depressão Central 17 km

Na Encosta do Sudeste 140 km (*MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964*, 1965: vol. I, 50)

É preciso notar que os núcleos existentes concentram-se na faixa norte do Estado, logo as regiões apontadas acima que se situam fora desse eixo não estariam contemplando os núcleos. Como se pode perceber, as informações referentes à política de transporte aparecem bem detalhadas, diferente dos projetos de novas colônias que são rapidamente citadas:

Diante deste fato, os projetos em andamento, como sejam o do Banhado do Taim e o da Barragem do Arroio do Velhaco, deverão receber um tratamento corretivo que possibilite, com eficácia, a obtenção de resultados positivos, onde a colonização destas áreas se enquadre dentro das prioridades dadas pelo IBRA [Instituto Brasileiro de Reforma Agrária] e as desapropriações procedidas de acordo com o Estatuto da Terra. *MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964*, 1965: vol. I, 50)

Quanto a estes projetos verificou-se que eles não são discriminados, não aparece nenhum planejamento por parte do IGRA e, no volume II do relatório de 1964, eles se quer são mencionados. O segundo volume do relatório traz apenas informações vagas, a única mais detalhada já mencionada aqui, quando foram apresentado os apontamentos de Córdula Eckert, diz respeito à desapropriação da Fazenda Sarandi.

Na parte que coube a “Divisão de Colonização” aparece a seguinte tabela, sem especificar nenhuma das informações contidas apenas números que se tornam vazios sem a devida explicação:

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
ESTUDO DE ÁREAS PROBLEMAS	HECTARE	6.340
ASSISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO PRIVADA	HECTARE	8.300
NÚCLEOS EM FUNCIONAMENTO REGULAR	HECTARE	11.077
INSTALAÇÃO DE	FAMÍLIAS	77



NOVOS NÚCLEOS		
---------------	--	--

(MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964, 1965: vol. II, 104)

Logo, não se tem como fazer uma avaliação dessas atividades, diante do caráter vago das informações dessa parte do documento, apenas permanecem algumas dúvidas: Onde seriam esses novos núcleos? Seriam novos, ou assentamentos em núcleo já existentes que passaram por reestruturação? Perguntas que infelizmente o documento não responde.

Outra tabela, essa da “Divisão de Promoção” é um pouco mais reveladora, pois traz alguns indícios da descaracterização do IGRA:

identificação	unidade de medida	quantidade	municípios beneficiados
semanas ruralistas	frequência de agricultores	29.599	Palmeira das Missões Três Passos
Conferências	Frequência de Agricultores	1.500	Santa Cruz Venancio Aires Lajeado Arroio do Meio

(MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 1964, 1965: vol. II, 105)

Em primeiro lugar, ruralista é designação comum das entidades patronais, ou seja, esse evento chamado de “semanas ruralistas” é pouco provável que tenha sido algum encontro dos núcleos coloniais. Como se pode observar, as cidades onde elas ocorreram nenhuma delas possui núcleos de colonização, assim como as mencionadas “Conferências”. Estas são apenas hipóteses, já que o documento mais uma vez se mostra vago, levando-se em consideração que o IGRA ao longo de 1963 e início de 1964 coibiu a articulação das associações, o que torna vaga a possibilidade de promoção de encontro dos núcleos.

Cabe destacar que essa falta de explicações na segunda parte do relatório, assim como a berrante diferença em termo de volume do documento de um ano para o outro<sup>86</sup>, apenas demonstram que houve uma descaracterização, assim como uma grande despreocupação com a Reforma Agrária, mas não nos permite dar uma visão mais ampla dessa descaracterização.

<sup>86</sup> Enquanto a parte que coube ao IGRA no Relatório de 1963 preenchia 58 páginas, o Relatório de 1964 ocupa apenas 04 páginas.

Lembrando que, no Plano Trienal o IGRA aparece uma única vez e, quando aparece, demonstra a falta de planejamento do Instituto o que pode, talvez, estar refletido pelo caráter vago do Relatório de 1964, assim como pelo fato de não aparecerem os núcleos coloniais e as atividades prestadas a estes, exceto o caso referido da Fazenda Sarandi.

Resta-nos apenas alguns indícios que foram apontados ao longo desse sub-capítulo do esvaziamento das funções iniciais para as quais o IGRA foi criado. Em primeiro lugar, o destaque dado à questão do transporte, um dos pilares apontados para promoção da industrialização no Estado, o que pode indicar que este serviço parte dele não estava sendo prestado para os núcleos, como foi verificado a partir da localização das obras. Em segundo lugar, informações vagas sem as devidas discriminações no ano de 1964, pegando o exemplo das “semanas ruralistas”: se o IGRA vinha coibindo a articulação dos camponeses assentados nos núcleos, será que ele iria promover um encontro entre eles? Diante do que foi levantado é pouco provável, ficando aqui apenas mais um indício. Além disso, não aparecem as efetivações das desapropriações ocorridas em 1963 no relatório de 1964, o que torna questionável a menção de novos núcleos, levando-se em consideração que a bibliografia consultada também não indica o surgimento de núcleos nas áreas que foram desapropriadas ou em outras regiões do Estado. Talvez, um dos caminhos para completar a lacuna que este trabalho deixa seria a consulta à documentação administrativa do Instituto, assim como a dos núcleos coloniais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário aqui destacar que, as conclusões desse trabalho, devido a grande complexidade do tema se tornam muito parciais, principalmente no que diz respeito ao último capítulo.

No primeiro capítulo, cabe destacar que a partir da posse de Ildo Meneghetti forma-se um estado “policialesco” que pode se caracterizar como um indicativo do golpe que estava por vir em abril de 1964. Onde a radicalização política foi preconizada pelo Estado, por meio de seus órgãos repressivos, o MASTER foi apenas um dos movimentos sociais atingidos. A repressão a esse movimento pode ser justificada pela relação deste com o PTB e suposto caráter comunista. É preciso considerar que ao criminalizá-lo se fragilizava uma das bases trabalhista, constituindo-se em um indicativo do golpe, se não uma estratégia do golpe.

No segundo capítulo, ao analisar o discurso do governo Meneghetti, percebe-se um claro desinteresse pela Reforma Agrária, a qual é colocada em um plano secundário, uma vez que a industrialização ocupa o lugar desta. Se o discurso faz menção a Reforma Agrária, se o governador faz inúmeras promessas em torno desta, isto só acontece porque a conjuntura política do período exigia que o fizesse, aquela se constituindo em uma *interdição*, em sentido inverso, em seu discurso. Ou seja, não podia deixar de mencioná-la devido à pressão que havia em torno dela. O desinteresse pela Reforma Agrária, assim como de qualquer política de justiça social, fica evidenciado ao se fazer a distinção entre um “Estado Assistencialista” e um “Estado Promocional”. O “Estado Promocional”, preconizado no discurso de governo não deve se preocupar com problemas sociais, uma vez que se atingindo o desenvolvimento estes problemas por si só desapareceriam. Nessa perspectiva que ocorre no discurso de governo, um deslocamento de sentido da Industrialização, uma vez que este era o caminho para o desenvolvimento econômico e a solução dos problemas sociais. Sem a industrialização não tem sentido a Reforma Agrária. Dessa forma o empresariado ganha um status não só de fomentador da economia e do desenvolvimento econômico, mas também ganha um cunho social, já que se atingindo esse desenvolvimento, via iniciativa privada, em um claro discurso liberal, se resolveriam os problemas sociais, assim identificando quem o governo representava. Nesse mesmo discurso o apelo a busca de soluções pacíficas ganha um duplo significado: ele se constroi a partir da *inversão*, em perspectiva de um *jogo negativo*, opondo-se as agitações, as mobilização e as medidas “ilegais” promovidas pela União e pelo ex-governador Brizola; assim como esse mesmo apelo serviu para camuflar a postura de

radicalização política do próprio Estado, evitando o envolvimento do governador com a repressão promovida pelos órgãos policiais.

Em terceiro lugar, partiu-se da hipótese que o IGRA teria sofrido um esvaziamento das suas funções iniciais. Levando-se em consideração as denúncias realizadas pela *Última Hora*, constatam-se alguns indícios que se confirmam em parte nos documentos oficiais. O planejamento e estudo em torno da Reforma Agrária foi transferido para uma comissão especial, cujos resultados não aparecem nos documentos oficiais. Assim como no Plano Trienal é apresentado um possível indício dessa falta de planejamento ao não distribuir os recursos disponíveis de acordo com as regiões do Estado. O abandono dos núcleos coloniais, em parte se confirma pela não referência de todos os núcleos nos relatórios, apenas aparecendo aqueles que estavam mais focados pela imprensa e com maior grau de mobilização: Banhado do Colégio, Fazenda Sarandi, Itapoã e os Toldos Indígenas. É visível também que o IGRA não estava incentivando a formação de associações de pequenos produtores e sem terras, pelo contrário estava desarticulando as já existentes. A ênfase dada à questão do transporte é o elemento mais indicativo desse esvaziamento, pois este não era função do órgão. Sendo importante destacar que na maioria dos casos não estava atendendo a demanda dos núcleos, aliás, o transporte é referenciado como um dos pilares para efetivação da industrialização do Estado. Entretanto, os documentos oficiais analisados não permitem uma melhor visualização da descaracterização do IGRA, sendo necessário à consulta de outro conjunto de documentação que complete as lacunas deixadas por esse trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, Aspácia de Alcântra. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1960-1964). In.: \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 123-224. Tomo III, vol. III.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Logueiro. *Partidos e Representação Política a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul 1960-1964*. Tese de doutorado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.
- FILIPPI, Eduardo Ernesto. *Reforma Agrária Experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 3ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 1996.
- HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de Reforma Agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, RS*. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2002a.
- HARRES, Marluza Marques. Movimentos Sociais Rurais. In.: GERTZ, René. (org.) *História Geral do Rio Grande do Sul, República de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*, vol. 4, Méritos Editora, Passo Fundo, 2002b.
- HOHLFELDT, Antonio. Samuel Wainer a Aventura Gaúcha. In.: MELO, José Marques de (org.). *Imprensa Brasileira Personagens que fizeram história*, vol 2 Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Imprensa Oficial, São Paulo, 2005.
- LACLAU, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; *A Questão da Reforma Agrária no Brasil – 1955-1964*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1982.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma Análise de Discurso Político. **Barbarói (USCS)**, v. 24, p. 87-118, 2006. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/821/605>. Acesso em: 01/09/2011.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Regime Militar e Oposição*. In.: GERTZ, René. *História Geral do Rio Grande do Sul, República de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*, vol. 4, Méritos Editora, Passo Fundo, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2004, vol.24, n.47, pp. 13-28. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>. Acesso em: 01/09/2011.

WASSERMAN, Claudia. *O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul “Celeiro” do Brasil*. In.: PADRÓS, Henrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória – Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964*, vol. 1, 2ª edição, Porto Alegre, Corag, 2010.

## FONTES E LOCAIS DE PESQUISA

*MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*, 1964, Vol. I e II.

*MENSAGEM À ASSEMBLÉIA ATIVIDADES DO EXERCÍCIOS DE 1964*, 1965, Vol. I e II.

*PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICO 1964-66*, 1963.

**Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/ RS.

Decreto n.º 12.812, 14 de Novembro de 1961. *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 14 de Novembro de 1961. Ano XX, n.º 99, p. 01-02.

Decreto n.º 13.367, de 06 de abril de 1962. *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 02 de Abril de 1962. Ano XX, n.º 218 p. 01.

Decreto n.º 13.568, de 22 de maio de 1962. *DIÁRIO OFICIAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*, Porto Alegre, 22 de maio de 1962. Ano XX, n.º 251 p. 01-02.

Biográficos: Declaração de Bens do Governador Ildo Meneghetti. localização- GOVERNADORES DO RIO GRANDE DO SUL PASTA N.º 3, n.º 137-171.

**Biblioteca da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/ RS

Jornal *Última Hora*, edições de fevereiro de 1963 a março de 1964.

Acervo do **Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.** Porto Alegre/ RS

## ANEXO I

PROJETO OU TIPO DE OBRA	LOCALIZAÇÃO
<p>A – INÍCIO DE OBRAS</p> <p>1 – Estrada Planalto à Volta Grande</p> <p>2 – Estrada de Severiano de Almeida à BR-14</p> <p>3 – Estrada de Parai à Rodovia Estadual RS-45</p> <p>4 – Estrada de Aratiba à Sede</p> <p>5 – Ponte sôbre o Rio Lambedor</p>	<p>Planalto*</p> <p>Severiano de Almeida**</p> <p>Nova Prata**</p> <p>Aratiba**</p> <p>Severiano de Almeida**</p>
<p>B – PROSSEGUIMENTO DE OBRAS</p> <p>1 – Alargamento da Estrada Aratinga-Itati</p> <p>2 – Estrada do Arroio Tapixi-Secção – Quebra Dente – Secção Muniz – Arroio Sutil</p> <p>3 – Estradas e pontilhões na colonização do Banhado do Colégio</p>	<p>São Francisco e Osório***</p> <p>Camaquã e São Jerônimo*</p> <p>Camaquã*</p>
<p>C – CONCLUSÃO DE OBRAS</p> <p>1 – Estrada de Vera Cruz à RS-2 próximo a Bom Princípio</p> <p>2 – Estrada Entre Rios e Linha 1º de Março</p> <p>3 – Estrada Rodeio Bonito à Jaboticaba</p> <p>4 – Estrada de Nonoaí ao Povoado Rio dos Índios</p> <p>5 – Estrada de Paim Filho à Carlos Gomes</p> <p>6 – Estrada de São Domingo à Casca</p> <p>7 – Ponte sôbre o Rio São Domingos</p> <p>8 – Ponte sôbre o Rio Despraiado</p> <p>9 – Ponte sôbre o Rio Ligeirinho</p> <p>10 – Estrada de Paulo Bento a Jacutinga – Erexim e Campinhas do Sul</p> <p>11 – Variação de estrada Ibirapuitã Mormaço, Espumoso (incluindo o aterro da ponte do Despraiado)</p> <p>12 – Reconstrução da estrada de Ibirapuitã – Mormaço – Espumoso</p> <p>13 – Conservação das estradas São João Nonoaí, Gaurama à Carlos Gomes</p>	<p>Pôrto Lucena a Santo Cristo**</p> <p>Pôrto Lucena**</p> <p>Palmeira**</p> <p>Nonoaí*</p> <p>Paim Filho**</p> <p>Casca**</p> <p>Casca**</p> <p>Soledade**</p> <p>Gaurama**</p> <p>Erexim e Campinhas do Sul**</p> <p>Soledade***</p> <p>Soledade***</p> <p>São Valentim, Nonoaí, Gaurama*</p>



14 – Exploração e locação das estradas de Vera Cruz à Pôrto Lucena – Severiano de Almeida BR-14 – Sede Dourado – Aratiba – São Domingos – Parai e Passo do Pese – Sananduva	Pôrto Lucena, Severiano de Almeida, Aratiba, Casca, Nova Prata e Sananduva**
15 – Conservação das estradas do Cruzaltina – Ciriaco – São Jorge – São Pedro, Ciriaco-Trinta e Cinco-Muliterno	Passo Fundo, Nova Prata e Casca*
16 – Conservação das estradas do Arroio Tapixi – Quebra Dente – Muniz – Santa Lísia	Camaquã e São Jerônimo*
17 – Conservação da estrada Tainhas – Aratinga – Terra de Areia-Curumim	São Francisco de Paula à Osório***

(MENSAGEM DO EXERCÍCIO DE 1963 À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1964, p. 170-171)

\* Justificável.

\*\* Sem relação com os núcleos.

\*\*\* Teria justificativa se fosse dado andamento aos projetos.